

## CRISE POLÍTICA

# Desafio: apurar corrupção e manter as votações

Na semana em que o deputado Roberto Jefferson deve depor na CPI dos Correios, os parlamentares podem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para entrar em recesso.

Mas o desafio de investigar denúncias de corrupção sem prejudicar as votações vai além: há outras CPIs na fila, cuja instalação poderia interferir no dia-a-dia do Congresso.

PÁGINAS 3 A 8



Senador Delcídio Amaral (E) ouve ponderações do deputado Eduardo Paes: governo e oposição buscam consenso sobre procedimentos da CPI dos Correios

### cidadania

#### Como prestar os primeiros socorros

É preciso manter a calma e agir com tranqüilidade. Os primeiros socorros podem salvar vidas antes da chegada do atendimento médico.

PÁGINA 24

#### Estudo mostra por que usar arma não compensa

Presidência do Senado abriga lançamento de livro contendo dados a respeito de mortes por armas de fogo. Câmara pode votar logo referendo sobre desarmamento.

PÁGINA 9

### Chance ao pequeno agricultor para renegociar dívidas

Pequenos agricultores que rolaram suas dívidas em 2003 poderão fazê-lo novamente, segundo projeto do senador César Borges aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e que vai ao exame do Plenário.

PÁGINA 11

### Senadores querem regras para incentivar o gás natural

Instabilidade política por que passou a Bolívia acende debate sobre a necessidade de regulação específica para o setor de gás natural.

PÁGINA 10

LUÍZ CHAVES/PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL



Prejuízo: cacho de uva comprometido em Caxias do Sul (RS), onde houve seca de dezembro a abril

### e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 21
FRASES	Página 21
VOZ DO LEITOR	Página 21
CONHEÇA O SENADO	Página 23

# Plenário pode votar crédito para ministérios

Depois de uma semana em que nada foi examinado pelo Plenário, por causa da crise política e da CPI dos Correios, os senadores tentarão votar, a partir de terça-feira, o projeto de conversão de medida provisória (PLV 14/05) que está trancando a pauta. Por ser oriundo da MP 241/05, que foi assinada pelo presidente da República há mais de 45 dias, o projeto tem prioridade sobre todos os outros projetos.

A matéria trata da abertura de crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios da Justiça e da Defesa, no valor de R\$ 299,5 milhões. O dinheiro se destina a vários programas, inclusive de combate ao crime organizado e ao tráfico de droga e armas. As



Na pauta, PEC de Maria do Carmo que concede licença-maternidade a mãe adotante

oposições concordam com a liberação do crédito, mas a matéria ainda não foi apreciada devido ao momento político.

Se analisado o PLV, os senadores poderão encerrar a votação da proposta de emenda constitu-

cional que institui a licença-maternidade para trabalhadoras que adotarem crianças (PEC 31/00). A licença só existe para mães biológicas ou funcionárias públicas. A parte principal do projeto, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), já está aprovada, restando análise da emenda de Aloizio Mercadante (PT-SP).

Na terça-feira, os parlamentares irão eleger a comissão representativa do Congresso para responder pelas presidências da Câmara e do Senado durante o recesso parlamentar, de 1º a 31 de julho. No início da semana, deputados e senadores devem votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, o que permitirá o recesso. A CPI dos Correios continuará funcionando normalmente.

## Fórum "Senado Debate Brasil" discute transportes

O primeiro evento do Projeto Senado Debate Brasil será realizado nesta terça-feira, no auditório do Programa Interlegis e vai abordar o tema "Transportes – Entraves e Perspectivas". Para o diretor do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-BA), o projeto é uma iniciativa altamente relevante para a Mesa diretora do Senado. "Será aberta uma porta para os legislativos estaduais debaterem os problemas do país", afirmou.

Na abertura do evento, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentará a visão do Legislativo sobre o tema. Consultores do Senado vão moderar as discussões nas mesas que serão compostas por especialistas da sociedade civil e autoridades públicas ou políticas da área.

O primeiro painel será sobre a questão do transporte rodovi-

ário. O segundo vai abordar "A questão dos Portos". "Transporte Ferroviário" é o tema do terceiro painel.

O resultado das discussões será divulgado, por meio de artigo dos debatedores, em publicação do Senado. Os interessados podem fazer a inscrição, gratuitamente, no portal do Programa Interlegis e também nos estados, onde será possível a participação por meio de videoconferência nos auditórios das assembleias legislativas. Os inscritos receberão certificado de participação.

O projeto Senado Debate Brasil é iniciativa da Presidência do Senado e tem a parceria do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Interlegis. Com o evento, o Senado pretende aumentar o intercâmbio entre o Legislativo e a sociedade.

### Comissões

#### TERÇA-FEIRA

##### 9h – CPI MISTA DOS CORREIOS

**Arapongas** – A CPI ouviu três envolvidos na gravação que gerou a investigação sobre os Correios: Joel dos Santos, Jairo Martins, responsável pelo equipamento, e Armando Molina, que teria chantageado o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) pelo teor do material.

##### 10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

**Dívidas rurais** – O primeiro item da pauta é a proposta que prevê a repactuação de dívidas rurais (PLS 517/03). **Autor:** senador César Borges (PFL-BA). **Relator:** senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

**Irregularidades** – A comissão também analisa ofício que comunica irregularidades em operação de crédito da prefeitura municipal de Cunhataí (SC). **Autor:** Ministério da Fazenda. **Relator:** senador Papaléo Paes (PMDB-AP).

##### 11h – EDUCAÇÃO

**Ensino particular** – O primeiro item da pauta proíbe que as instituições de ensino superior privadas exijam informações econômicas dos candidatos antes da conclusão dos processos seletivos. **Autor:** então senador Duciomar Costa. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

**Desaparecidos** – Outra proposta obriga emissoras de televisão a veicularem imagens de pessoas desaparecidas (PLS 90/04). **Autor:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). **Relator:** senador Gerson Camata (PMDB-ES).

##### 11h15 – SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

**Requerimento** – A comissão

analisa requerimento que pede a realização de audiência com membros da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para discutir a fabricação de remédios manipulados.

##### 11h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

**Hidrelétrica** – A comissão discute os impactos ambientais causados pela

implantação da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães em Lajeado-Tocantins, com a participação de prefeitos dos municípios afetados.

**Avisos** – O colegiado analisa também avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas pelo órgão.

##### 11h30 – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

**Reforma agrária** – O colegiado ouviu dois ex-presidentes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), além do atual titular do cargo.

##### 12h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Idosos** – Proposta em análise isenta os maiores de 60 anos que recebam aposentadoria de até um salário mínimo das taxas cobradas pelos bancos (PLS 173/04). **Autor:** senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). **Relator:** senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE).

##### 13h – CPI MISTA DA EMIGRAÇÃO ILEGAL

**Planejamento** – A CPI define o roteiro de trabalhos e vota requerimentos já apresentados.

#### 14h30 – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

**Telefonia** – Colegiado examina proposta estabelecendo que as ligações telefônicas entre pontos de regiões metropolitanas criadas pelos estados, e entre áreas geográficas de domínio de um mesmo município, devem ser consideradas locais (PLS 168/02). **Autor:** então senador Ricardo Santos. **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

#### QUARTA-FEIRA

##### 9h – CPI MISTA DOS CORREIOS

**Diretoria** – Serão ouvidos os ex-diretores de Administração, Antônio Osório, de Tecnologia, Eduardo Medeiros, e de Operações, Maurício Madureira, apontados como responsáveis por contratos suspeitos de fraudes.

##### 10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**Dízimo** – Em pauta, proibição do dízimo partidário, como é conhecido o percentual cobrado pelas legendas dos salários dos filiados que exercem funções de indicação política. **Autor:** senador José Jorge (PFL-PE). **Relator:** senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

**Compra de votos** – A comissão deve votar, em turno suplementar, proposta determinando que as ações contra compra de votos valiam no período entre a convenção partidária e os dois meses que se seguem ao dia da eleição (PLS 76/03). **Autor:** senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). **Relator:** senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

##### 11h – EDUCAÇÃO

**Reforma universitária** – O ministro da Educação, Tarso Genro,

fala sobre a proposta de reforma universitária.

#### 14h – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

**Sudene** – A comissão realiza videoconferência para debater o projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em análise pela comissão.

#### 14h30 – MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE ASSUNTOS ECONÔMICOS/ ORÇAMENTO

**Meirelles** – O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, participa da reunião conjunta para prestar esclarecimentos sobre o cumprimento das metas fiscais.

#### QUINTA-FEIRA

##### 9h – CPI MISTA DOS CORREIOS

**DEPOIMENTOS** – O genro do deputado federal Roberto Jefferson (PTB-RJ) depõe na CPI às 9h. O deputado, apontado como suposto coordenador de um sistema de fraudes em licitações, será ouvido às 15h.

##### 9h – ANO DA MULHER LATINO-AMERICANA

**Debate** – A comissão especial promove debate sobre assédio moral no trabalho. O evento será realizado no auditório do Interlegis.



### Plenário

#### SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

#### TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa. Pauta trancada

**Recursos** – O PLV 14/05 libera R\$ 299,5 milhões a serem repassados à Presidência da República e aos ministérios da Justiça e da Defesa. Da verba, prevê a proposta, R\$ 90,6 milhões são destinados ao Ministério da Defesa, que vai repassar R\$ 5 milhões para a ajuda humanitária aos países da Ásia atingidos pelo tsunami e o restante à missão de paz da ONU no Haiti. Originado da Medida Provisória 241/05, o projeto de lei de conversão tranca a pauta de votações. **Autor:** Poder Executivo.

#### QUARTA

20h - Sessão conjunta

**CPIs** – Deputados e senadores promovem sessão conjunta para ler os requerimentos de criação de comissões parlamentares mistas de inquérito.

#### QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa. Pauta trancada

**Agenda em aberto** – Como a pauta está trancada pelo PLV 14/05, a definição da ordem do dia das sessões de quarta e de quinta-feira depende do resultado das votações de terça-feira.

#### SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não deliberativa.

**CRISE POLÍTICA** Em semana de decisão sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Roberto Jefferson fala à CPI

# O desafio de fiscalizar e deliberar



Maurício Marinho confirmou na CPI a existência de esquema de corrupção nos Correios



Esta semana será decisiva para o Congresso. Enquanto a Comissão Mista de Orçamento se prepara para votar nesta terça-feira o substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 [ver página 15], a CPI dos Correios poderá esclarecer de vez qual será sua abrangência. Com o depoimento do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), previsto para esta quinta-feira, a comissão vai se confrontar com o protagonista dos dois escândalos noticiados nas últimas semanas: a corrupção nos Correios e outras estatais e o suposto pagamento de mesada pelo PT a deputados do PL e do PP, o "mensalão".

O nome de Roberto Jefferson apareceu na gravação em que o ex-chefe do Departamento de

Administração e Compras dos Correios, Maurício Marinho, detalha um esquema de fraudes em licitações em estatais destinado a alimentar o caixa de partidos. Ao ver que iria se tornar réu, ele passou ao ataque, acusando nomes da cúpula do PT de comprar votos no Congresso (veja quadro).

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) entende que os casos estão relacionados.

– O empresário, em conluio com o agente público, fraudava a licitação e dava dinheiro para compor o "mensalão" e favorecer a promiscuidade entre o Executivo e Legislativo – disse.

Na semana passada, os líderes definiram o cronograma da CPI e acordaram que Roberto Jefferson deveria depor logo.

– Seu depoimento vai ser o marco entre os Correios e o "mensalão" – prevê o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Essa convicção se tornou mais clara depois do depoimento de Marinho. Apesar de voltar atrás

no que disse no vídeo, ele apontou

a existência de um esquema de corrupção nos Correios, que envolveria o PT, mas não o PTB.

Os contratos em que haveria indícios

**Além do deputado do PTB, outros sete depoentes estarão na CPI**

de irregularidades, disse Marinho à CPI, estariam nas diretorias de Operações e de Tecnologia, cujos diretores seriam indicados pelo secretário-geral do PT, Sílvio Pereira, e na área de comunicação, coordenada pelo secretário de Comunicação do Palácio do Planalto, Luiz Gushiken.

À espera dos acontecimentos

da semana, governo e oposição resolveram deixar para o próximo semestre a CPI dos Bingos no Senado, ordenada por decisão do Supremo Tribunal Federal. Por outro lado, o presidente do Congresso, senador Renan Calheiros, promete instalar a CPI Mista do Mensalão nesta quarta-feira.

As denúncias já tiveram profundas conseqüências no Executivo. Na semana passada, o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, deixou o cargo e, em seu discurso de volta à Câmara, repetiu que vai lutar no Legislativo para provar que o governo "não rouba nem deixa roubar". Dilma Rousseff assumiu a vaga deixada por Dirceu na Casa Civil, dando início a uma reforma ministerial que deve acontecer esta semana, ampliando o espaço do PMDB e reequilibrando a base do governo, já que PTB, PL e PP estão no centro da crise.



Com reuniões sempre concorridas, CPI vai ouvir defesa e acusação de Roberto Jefferson, com repercussão em outras CPIs e até no governo

## CPI ouve oito depoimentos nesta semana

Além do deputado Roberto Jefferson, a CPI dos Correios decidiu que vai ouvir outras sete pessoas esta semana. Três delas estão ligadas à gravação do vídeo em que Maurício Marinho revela um suposto esquema de corrupção na estatal. Outras três são ex-diretores dos Correios que seriam responsáveis por contratos colocados sob suspeita. Por fim, a CPI também vai tomar o depoimento do genro de Roberto Jefferson, Marcus Vinícius, no mesmo dia em que ouvirá seu sogro.

O presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), pretende mudar a sistemática de trabalho da comissão, com reuniões mais curtas, que garantam tempo para ouvir todos os depoimentos e para os parlamentares fazerem suas perguntas.

Até agora, chegaram à CPI 209

requerimentos. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu, convidado em um dos 50 pedidos que não foram avaliados na primeira etapa (dos 160 apresentados inicialmente), ainda não deve ser chamado a depor.

– Nada indica até agora a necessidade de convocação do ex-ministro José Dirceu e do ministro [Luiz] Gushiken – afirmou Delcídio.

A comissão deve pedir ainda a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Maurício Marinho e do empresário Arthur Wascheck Neto, que teria encomendado a gravação que flagrou Marinho recebendo propina de R\$ 3 mil.

CRONOGRAMA *	
<b>Terça-feira</b>	"Arapongas" responsáveis pela gravação 9h - Jairo Martins - Arlindo Molina - Joel Santos
<b>Quarta-feira</b>	Ex-diretores dos Correios 9h - Antônio Osório Batista - Eduardo Medeiros - Maurício Coelho Madureira
<b>Quinta-feira</b>	9h - Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira 15h - deputado Roberto Jefferson

\* Os perfis de todos os depoentes estão na página 4.

### Acusações contra Roberto Jefferson

➔ O ex-chefe do Departamento de Contratações dos Correios Maurício Marinho afirma, em gravação de vídeo, que faz parte de um esquema de corrupção nos Correios e em outras estatais, coordenado pelo deputado e com a participação do ex-diretor de Administração e ex-deputado federal pelo PTB baiano, Antônio Osório, e do assessor de Osório, Fernando Godoy. O dinheiro serviria para reforçar o caixa do PTB.

➔ No Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), Jefferson também foi relacionado às pressões sofridas pelo ex-presidente da estatal, Lídio Duarte, para arrecadar R\$ 400 mil por mês para o PTB. O autor das pressões, Henrique Brandão, dono da corretora Assurê, seria sócio do genro do deputado, Marcos Vinícius.

➔ Marinho também afirma que Roberto Salmeron, então presidente da Eletronorte, faria parte do esquema chefiado por Roberto Jefferson. Depois das denúncias, Salmeron, que também foi vice-presidente dos Correios nos anos 90, pediu demissão do cargo.

### Acusações de Roberto Jefferson

➔ O tesoureiro e o secretário-geral do PT, Delúbio Soares e Sílvio Pereira, respectivamente, seriam responsáveis pela arrecadação de recursos para pagamento de mesadas de R\$ 30 mil a deputados federais do PP e do PL, entre eles Valdemar Costa Neto, Sandro Mabel, Marcelo Rodrigues, Pedro Corrêa, José Janene e Pedro Henry.

➔ O então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e o presidente do PT, José Genoino, teriam conhecimento do pagamento do "mensalão" aos deputados.

➔ Os pagamentos do "mensalão" seriam feitos pelo publicitário Marcos Valério, de Belo Horizonte. Foi o publicitário que teria trazido malas com R\$ 4 milhões retirados de agências do Banco do Brasil e do Banco Rural para a sede do PTB, em cumprimento parcial de acordo em que o PT teria prometido dar R\$ 20 milhões para campanhas de petebistas em setembro de 2004.

➔ Diante das cobranças do PTB, José Dirceu teria dito que os doleiros responsáveis por "internalizar" os recursos para o Brasil haviam sido presos



Heloísa Helena entende que irregularidades nos Correios e "mensalão" são um só caso de corrupção

CPI DOS CORREIOS Estopim da crise, ex-diretor denuncia contratos nos Correios em áreas sob influência do PT

# Maurício Marinho voltará a depor



As 12 horas de reunião da CPI dos Correios para ouvir o funcionário da estatal Maurício Marinho não foram suficientes. Os parlamentares querem mais detalhes e devem convocar Marinho outra vez. O depoente alegou que os R\$ 3 mil que recebeu não se tratava de propina, mas parcela de pagamento de consultoria por ele prestada. Depois de entrevero com seus advogados, Marinho pediu proteção policial e resolveu atacar, levantando suspeitas em contratos das diretorias de Operações e de Tecnologia dos Correios, justamente dirigidas por indicados do secretário-geral do PT, Sílvio Pereira. Ele manteve a estratégia no dia seguinte, na Polícia Federal, onde disse que somente daria mais detalhes se sua segurança e de sua família fosse garantida e seu emprego mantido.

Marinho citou irregularidades no contrato de publicidade (a agência de Marcos Valério, apontado como distribuidor do "mensalão", tem a conta dos Correios), supervisionado pela Secretaria de Comunicação Social do Planalto, chefiada pelo ministro Luiz Gushiken. Falou dos contratos de transporte com a empresa Skymaster, que seriam superfaturados, e das relações da estatal com o Bradesco, além da aquisição de itens que vão de equipamentos de informática a caixas de aço. Em comparação, os contratos da área de Marinho têm valores bastante inferiores.

- Ele deve voltar e fazer acareações - disse Arthur



Delcídio (à esquerda, com Serraglio) aponta divergência nos depoimentos

Virgílio (PSDB-AM).

Para Sibá Machado (PT-AC), o depoente colocou os Correios e o PT sob suspeita, "sem apresentar provas e fatos concretos". Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que Marinho preferiu atacar em vez de se defender. No segundo dia de audiências, o empresário Arthur Wascheck Neto, mentor do vídeo em que Marinho detalha o esquema de corrupção, negou que razões políticas tivessem motivado a encomenda do vídeo.

Mas o sócio de Wascheck, Antonio Velasco, indicou que o vídeo não teve apenas motivações comerciais. Velasco confirmou que o sócio teria emprestado R\$ 27 mil ao ex-oficial da Marinha Arlindo Molina, acusado de ter chantageado o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), suposto coordenador do esquema de corrupção. Velasco afirmou que desconhecia as gravações até saírem na imprensa.

- Os depoimentos foram divergentes. Velasco indicou que a motivação comercial de Wascheck é no mínimo esquisita - avaliou o presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS). O deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) achou a iniciativa do empresário desmedida.

## Deputado estranha ação de Wascheck

Segundo Wascheck, o vídeo, produzido por Jairo Martins e Joel dos Santos, pretendia expor o então chefe de departamento dos Correios que, disse, prejudicava seus negócios. Wascheck disse que decidiu informar Jefferson e o superior imediato de Marinho, o ex-diretor de Administração dos Correios, Antonio Osório. Para isso, enviou cópia a Osório e pediu que Molina entregasse o vídeo ao deputado. Para Wascheck, Osório "não conhece 50%" das atividades de Marinho. Já os diálogos travados e a entrega de R\$ 3 mil a Marinho, na versão de Wascheck, teriam sido decisão de Joel. O deputado Eduardo Paes (PSDB-RJ) estranhou o fato, já que cerca de 70% do diálogo diz respeito a contratos de tecnologia, área teoricamente estranha a Marinho e à empresa de Wascheck, da área de confecção.

## Quem é quem

### Convocados para a CPI dos Correios



**Maurício Marinho** - Protagonista da gravação que originou a CPI. Ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios, foi flagrado aceitando R\$ 3 mil de supostos empresários interessados em participar de licitações da empresa. Depôs na semana passada, mas pode voltar à CPI.

**Roberto Jefferson** - Citado por Maurício Marinho na gravação como chefe do esquema de corrupção nos Correios. Mais tarde, Marinho voltou atrás, mas, sob suspeita, Jefferson passou a acusador, revelando a existência do "mensalão" na Câmara. Tem depoimento marcado para quinta-feira.



**Roberto Salmeron** - Ex-presidente da Eletronorte e ex-vice-presidente dos Correios, foi apontado por Marinho como integrante do esquema de corrupção em estatais que beneficiaria o PTB.

**Marcus Vinícius Vasconcelos Ferreira** - Genro de Roberto Jefferson e sócio de empresa que negociava

contratos com os Correios. Foi apontado por Marinho como intermediário em licitações na estatal.

**Marcos Valério Fernandes de Souza\*** - Acusado por Roberto Jefferson de transportar em malas o dinheiro distribuído pelo PT para campanhas de partidos aliados e para pagamento do "mensalão". A empresa de Valério, a

SMP&B, é responsável pela publicidade dos Correios.

**Fernanda Karina Somaggio\*** - Ex-secretária do empresário Marcos Valério, disse que viu malas de dinheiro na empresa de Valério. Segundo ela, Valério se encontrava regularmente com integrantes do PT, como o tesoureiro do partido, Delúbio Soares.

**Haroldo Marschner** - Dono da Precision Componentes. Disse que teria recebido pedido de suborno de Marinho.

**José Chaves** - Deputado federal pelo PTB de Pernambuco, teria indicado Marinho para a presidência da Universidade dos Correios, por sugestão do coronel José Fortuna Neves.

\* Apesar de requerimento para sua convocação não ter sido aprovado ainda, o depoimento à CPI já é dado como certo pelos parlamentares.

### Diretores dos Correios citados no escândalo

**Antônio Osório** - Ex-deputado federal pelo PTB baiano e ex-diretor de Administração dos Correios. Segundo Marinho, teria amizade com Roberto Jefferson e participação no esquema de corrupção.

**João Henrique de Almeida Souza** - Ex-presidente dos Correios, teria sido indicado pelo presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP).

**Fernando Godoy** - Ex-assessor da Diretoria de Administração. De acordo com Marinho, seria filiado ao PTB e teria participação no esquema.

**Eduardo Medeiros** - Ex-diretor de Tecnologia e Infra-Estrutura, teria sido indicado pelo secretário-executivo do PT, Sílvio Pereira. Foi apontado em carta anônima como responsável por licitação viciada que beneficiaria a empresa NovaData.

**Edilberto Petry** - Diretor da Coordenação de Integração de Projetos, acusado na carta anônima de ajudar Medeiros

a definir as especificações dos equipamentos de forma a beneficiar a empresa NovaData.

**Ricardo Henrique Suñer Caddah** - Ex-diretor econômico-financeiro, teria sido indicado pelo líder do PMDB na Câmara, José Borba (PR).

**Carlos Eduardo Fioravanti da Costa** - Ex-diretor comercial, teria sido indicado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG).

**Robson Khoury Viana da Silva** - Ex-diretor de Recursos Humanos, teria sido indicado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), de quem é suplente.

**Maurício Coelho Madureira** - Ex-diretor de Operações, teria sido indicado pelo secretário-executivo do PT, Sílvio Pereira.

**Júlio Imoto** - Consultor da Diretoria de Operações, acusado de ser intermediário de Marinho na cobrança de propinas.

### Responsáveis pela gravação que originou o escândalo

**Arthur Wascheck Neto** - Mandante da gravação, acusa Marinho de perseguir sua empresa, a Coman, nos contratos da estatal.

**Arlindo Molina** - Ex-professor da Escola Naval, acusado por Roberto Jefferson de tê-lo chantageado com a gravação. O deputado disse que somente atendeu Molina a pedido do senador Ney Suassuna.

**Joel Santos** - Um dos interlocutores de Marinho na fita. Teria se apresentado a Marinho usando o pseudônimo de "Goldman".

**João Carlos Mancuso** - Afirmou ter participado da gravação.

**Jairo Martins** - Montou o equipamento de gravação a mando de Wascheck. Policial militar licenciado e ex-agente da Abin, teria entregado o vídeo à imprensa.

**Antonio Velasco** - Sócio de Wascheck, nega participação direta na gravação

e confirma relações do sócio com Arlindo Molina.

**José Fortuna Neves** - Coronel, ex-agente do Serviço Nacional de Informações (SNI) e representante de empresas com participação em licitações suspeitas em estatais.

**Clauzer Esteves Dziedzinsky** - Disse que Fortuna, seu sócio, intermediaria audiências na Diretoria de Tecnologia dos Correios.

**Edgard Lange** - Agente da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) conhecido como Alemão. Teria revelado o interesse da Casa Civil nas investigações dos Correios para chegar à multinacional Unisys.

### Diretores da Skymaster

**João Marcos Pozzetti, Hugo César Gonçalves, Américo Proietti, Luiz Otávio Gonçalves** - Os contratos de transportes da empresa com os Correios estariam superfaturados.

### Diretores da NovaData

**Mauro Dutra e Fernando Brites** - A empresa é apontada como beneficiária de diversas licitações para fornecimento de computadores durante o governo Lula.



## CRISE

# CPI dos Bingos pode ser instalada em agosto



Em debate em Plenário na sexta-feira, líderes do governo e da oposição e o presidente do Senado,

Renan Calheiros, afinaram seus discursos: todos concordam com a instalação e o funcionamento da CPI dos Bingos e das demais comissões de inquérito já criadas. A única pendência, ou seja, quando as CPIs devem começar a funcionar, poderá ser definida em reunião de líderes nesta terça-feira.

Renan garantiu que não houve nenhum acerto para evitar o funcionamento de qualquer CPI, como chegou a ser divulgado em jornais. Essa interpretação foi externada ainda pelos senadores Ideli Salvatti (PT-SC) e Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC).

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que o acordo pretende apenas evitar um excesso de CPIs simul-

tâneas, pois as investigações dos Correios e de compra de votos de deputados devem ser priorizadas. Muitas comissões de inquérito ao mesmo tempo, complementou o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), seria "desastroso". Para evitar mal-entendidos, tanto Mercadante quando Renan sugerem que as reuniões de líderes tenham atas.

Pelo que disseram os senadores, o mais provável é que as novas CPIs fiquem para agosto. Em nota à imprensa, o PFL defendeu essa idéia.

— É claro que queremos instalar a CPI dos Bingos, pois tivemos até que entrar com recursos no STF para investigar o envolvimento do ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz em cobrança de propina a empresário de jogos — afirmou o líder da Minoria, senador José Jorge (PFL-PE).

Para Heráclito Fortes (PFL-PI),



Para Mercadante, acordo apenas buscou evitar excesso de CPIs simultâneas

o governo teve o objetivo de passar para a imprensa a versão de que a oposição não quer a instalação da CPI dos Bingos por temer a comissão parlamentar de inquérito das privatizações.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) entende que a instalação de novas comissões parlamentares de inquérito deve esperar, já que há parlamentares que querem a fusão de comissões para apurar fatos correlatos. De acordo com essa visão, a CPI dos Bingos e a do Waldomiro poderiam ser fundidas. Da mesma forma, o chamado "mensalão" poderia ser investigado na CPI dos Correios. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defende, por exemplo, o funcionamento de apenas uma CPI: a da corrupção.



STF determinou a indicação dos membros da CPI dos Bingos: caso Waldomiro pode ser investigado

## Gravação motiva pedido de investigação

No dia 13 de fevereiro de 2004, a revista *Época* publicou reportagem sobre uma fita que mostrava Waldomiro Diniz, assessor do então ministro da Casa Civil José Dirceu, cobrando propina de um empresário de jogos, Carlinhos Cachoeira. A gravação foi feita em 2002, quando Waldomiro presidia a Loteria Estadual do Rio de Janeiro (Loterj), durante o governo de Benedita da Silva (PT-RJ).

No Rio, a Assembléia Legislativa criou a CPI da Loterj e pediu a prisão de Waldomiro e Cachoeira.

De acordo com as denúncias, Waldomiro teria cobrado dinheiro para campanhas eleitorais dos então candidatos a governador Geraldo Magela (PT-DF), Rosinha Matheus (na época no PSB-RJ) e Benedita da Silva.

O ex-subchefe da Casa Civil para Assuntos Parlamentares foi afastado, mas as denúncias acabaram provocando a descoberta de outras irregularidades, envolvendo contrato entre a Loterj e o Consórcio Combralog para a exploração de jogos *on line* no Rio.

O deputado federal André Luiz (PMDB-RJ) também acabou atingido pelas denúncias. Ele foi acusado de cobrar, quando deputado estadual, R\$ 4 milhões em nome de outros deputados para a retirada do nome de Carlinhos Cachoeira do relatório final da CPI criada na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro. Outra consequência das denúncias foi o afastamento do bispo Carlos Rodrigues, da Igreja Universal, acusado de envolvimento com o esquema de

desvio de dinheiro da Loterj para campanhas eleitorais.

O Ministério Público entrou no caso e tomou depoimentos que reforçaram o envolvimento de Waldomiro na exploração de bingos e de caça-níqueis. A Polícia Federal também abriu inquérito e uma nova gravação levantou suspeitas contra Waldomiro: ele teria influído nas negociações de contrato entre a empresa GTech e a Caixa Econômica Federal.

No Senado, foram colhidas assinaturas para a abertura de duas CPIs: uma para investigar os bingos e outra para apurar denúncias contra Waldomiro. Na época, as iniciativas foram barradas por manobras da base governista. Agora, o Supremo Tribunal Federal determinou a instalação da CPI dos Bingos, que teve seus integrantes indicados na semana passada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros.

## STF assegura direito das minorias parlamentares

Por nove votos favoráveis e um contrário, o STF determinou, na quarta-feira, que o presidente do Senado, Renan Calheiros, deveria indicar os integrantes da CPI dos Bingos, proposta em março do ano passado com o objetivo de investigar a utilização das casas de bingos para a lavagem de dinheiro e a relação do jogo com o crime organizado.

A CPI não havia sido instalada antes devido à decisão dos líderes dos partidos governistas de não indicar seus representantes e o senador José Sarney (PMDB-AP), então presidente do Senado, decidir por não escolher os integrantes do colegiado, em lugar das lideranças. Recurso da oposição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) foi derrotado e foi mantida a decisão de Sarney.

Como alternativa, foram impetrados cinco mandados de segurança pelos senadores Efraim Morais (PFL-PB), Jorge Bornhausen (PFL-SC), José Jorge (PFL-PE), José Agripino (PFL-RN), Demostenes Torres (PFL-GO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS). O STF reconheceu o argumento de que "a instalação de comissões de inquérito é um direito da minoria parlamentar e que, portanto, é obrigatório que o presidente do Senado indique os integrantes faltantes, quando um ou mais partidos

se recusarem a apresentar seus representantes".

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal, Renan Calheiros indicou na quinta-feira os membros para a CPI dos Bingos. Para ele, não importa se o Congresso vai ou não se transformar em uma "delegacia de polícia", mas sim garantir o encaminhamento regimental e constitucional. Assim, Renan reafirmou que qualquer requerimento apresentado, com fato determinado, prazo para investigação e número mínimo de assinaturas, será lido em sessão do Congresso ou do Senado, conforme o caso.

O senador esclareceu ainda que a instalação e o funcionamento das CPIs não dependem do presidente, mas das lideranças partidárias e do comparecimento da maioria.

— Essa é uma outra questão. Mas eu vou esgotar verdadeiramente a minha responsabilidade — advertiu.

A oposição comemorou a vitória no STF. O senador José Jorge afirmou que a CPI é estratégica para a oposição, porque é exclusiva do Senado, onde os partidos contrários ao governo têm maior presença.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também elogiou a decisão do tribunal e disse que ela é importante para fixar o direito de as minorias criarem CPIs.

## CPI do Mensalão poderá ser criada na quarta-feira

O requerimento para criar a comissão parlamentar de inquérito (CPI) a fim de investigar denúncias de suposta mesada paga pelo PT a parlamentares em troca de apoio a projetos do Executivo — o chamado "mensalão" — será lido nesta quarta-feira, em sessão conjunta do Congresso.

Na quinta-feira, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), autor das denúncias, depõe na CPI dos Correios. Segundo Jefferson, alguns deputados do PP e do PL recebiam R\$ 30 mil por mês.

Questionado sobre a expectativa de a CPI do Mensalão nascer enfraquecida, em razão de já estar em funcionamento a CPI dos Correios, o presidente do Senado, Renan Calheiros, esclareceu que não lhe cabe discutir o mérito dessa questão.

— Os líderes concordaram com esse calendário e a investigação precisa de convergência. A única maneira de o Congresso retomar o respeito da opinião pública é apurando, investigando e, se for o caso, punindo exemplarmente — afirmou Renan Calheiros.

## Ex-secretária de Valério depõe no Conselho de Ética da Câmara

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara ouviu nesta terça-feira o depoimento de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusado pelo deputado Roberto Jefferson de ser o mensageiro do "mensalão".

O conselho já ouviu quatro pessoas citadas pelo deputado do PTB, além dele próprio. O deputado Miro Teixeira (PT-RJ) confirmou a versão de que os dois conversaram sobre o pagamento

de mesadas. Já Carlos Alberto Leória (PSDB-GO) relatou conversa em que a deputada licenciada Raquel Teixeira (PSDB-GO) revelou ter recebido proposta do líder do PL, Sandro Mabel (GO), para trocar de partido.

Em depoimento, Raquel Teixeira confirmou o fato ao conselho. Sandro Mabel, contudo, nega a versão da deputada. Nesta semana, devem ser ouvidos os deputados Pedro Henry (PP-MT), José Múcio Monteiro (PTB-PE) e José Janene (PP-PR).

**CRISE POLÍTICA** No Plenário da Câmara, o ex-ministro evitou falar das denúncias de pagamento do "mensalão"



Deputados trocam agressões durante discurso de José Dirceu, que reassumia seu mandato na Câmara

## Tumulto marca a volta de José Dirceu



A intenção anunciada pelo ex-chefe da Casa Civil José Dirceu de reassumir o mandato de deputado federal pelo PT de São Paulo sem criar mais tumultos na Câmara dos Deputados não deu resultado. Ele foi recebido na quarta-feira por mais de 100 militantes do PT, que ocuparam parte das galerias do Plenário.

Na primeira parte de seu discurso de 35 minutos, não se referiu a Roberto Jefferson (PTB-RJ), autor das denúncias contra o governo, e evitou falar sobre as acusações de que deputados da base governista teriam recebido um "mensalão".

Entretanto, Dirceu defendeu a investigação das denúncias de corrupção e se colocou à disposição do Conselho de Ética e da comissão de inquérito da Câmara, mesmo ressaltando que "não tinha nada a ver com a questão dos Correios".

Diante de provocações do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), Dirceu acabou mudando o tom do seu

discurso e fez críticas ao governo Fernando Henrique, respondendo às acusações do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) de que o presidente Lula "está jogando para o Congresso a lama que foi criada no Planalto".

A partir daí, alguns deputados começaram a trocar insultos enquanto manifestantes do PT gritavam palavras de ordem nas galerias. O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), procurou acalmar os deputados e os militantes do PT.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) disse que vai esperar que Dirceu se livre "de seus problemas criminais" com as denúncias de corrupção, para tratar de "outros crimes cometidos pelo PT".

— São três crimes: contra a democracia, subornando o Parlamento; contra a Humanidade, matando crianças índias; e contra o planeta, destruindo a floresta amazônica — acusou Gabeira.

A deputada Luciana Genro (PSOL-RS) acusou o PT de ter

feito "estelionato eleitoral de um partido que venceu as eleições ancorado na bandeira da ética, das mudanças na estrutura econômica do país, mas que repetiu as mesmas políticas das classes dominantes e o mesmo jogo

sujo do balcão de negócios no Congresso".

Em dado momento, o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, foi obrigado a mandar esvaziar as galerias e suspender a sessão.

Quando a sessão foi reaberta, o deputado Rodrigo Maia (PFL-RJ) ocupou a tribuna para lamentar o tumulto.

— Não viemos aqui ouvir um relato de intenções; viemos aqui para ouvir as explicações que o Brasil clama — afirmou.

Mesmo diante do tumulto, o presidente Severino Cavalcanti disse que José Dirceu deve "ajudar a articular a base de apoio", mas ressaltou que "esse trabalho depende mais do governo do que dos parlamentares".

## Retorno do petista gera debate no Senado

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), enfatizou em Plenário que José Dirceu (PT-SP) saiu da Casa Civil e voltou para a Câmara dos Deputados "não como inquisidor, mas para dar explicações à nação".

— Tratei do retorno dele com parcimônia, devido até à minha formação de esportista, que não gosta de chutar em quem cai. Mas, se a disposição de Dirceu é fazer guerra com a oposição, ele a terá — alertou, referindo-se especialmente ao primeiro discurso do deputado após sair do Planalto.

O líder tucano contestou as acusações de "golpismo" contra o governo do presidente Lula, feitas por José Dirceu.

— A oposição não é golpista. José Dirceu tem de parar com essa história, senão vamos descer a ladeira, soltando os freios de uma



Sibá Machado demonstrou indignação com as críticas feitas ao deputado José Dirceu

vez — advertiu o líder.

Em resposta, o senador Tião Viana (PT-AC) reforçou que José Dirceu terá papel importante na Câmara.

— Este momento significa nossa determinação de lutar em campo aberto, dentro do Parlamento

brasileiro, e José Dirceu é o mais preparado dos quadros do PT — afirmou o senador.

O senador Sibá Machado (PT-AC) mostrou-se indignado com as críticas feitas a José Dirceu e disse ter certeza da "lucidez e honestidade desse grande guerreiro", protestando contra a suspeita de envolvimento de Dirceu em denúncias de corrupção no atual governo.

Em contraponto, o senador César Borges (PFL-BA) questionou as atitudes do ex-chefe da Casa Civil.

— O que quer o deputado José Dirceu? Mostrar que é ele quem manda na República? Tornar o presidente seu refém? No todo, suas conclamações soam arrivas, irresponsáveis, próprias de quem quer o poder de qualquer maneira — avaliou César Borges.

## Para Tião Viana, Dilma tem credenciais para a Casa Civil

O senador Tião Viana (PT-AC) elogiou a nova ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, que assumiu o posto na última terça-feira. Ele ressaltou que Dilma tem um currículo que a credencia para o novo posto.

— Dilma Rousseff é reconhecida por seus méritos e por sua vida — afirmou Tião Viana, numa referência aos cargos que ela já ocupou em governos e à sua militância política, que acabou por levá-la à prisão no governo militar.

Tião Viana lembrou que a ministra é graduada em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mestre em Teoria Econômica pela Universidade de Campinas (Unicamp), onde também fez o doutorado em Economia Monetária e Financeira. O senador destacou ainda que Dilma foi secretária da Fazenda de Porto Alegre (RS) e secretária de Minas e Energia do Rio Grande do Sul.

Em apartes, também fizeram elogios à ministra os senadores Sibá Machado (PT-AC), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Cristovam Buarque (PT-DF) e Delcídio

Amaral (PT-MS). O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que presidia a sessão, desejou sucesso à nova ministra. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sustentou que "ela tem credibilidade e é isso o que está faltando aos negociadores do governo no Congresso".

Romeu Tuma (PFL-SP) manifestou preocupação com a saudação feita pelo ex-ministro José Dirceu à nova ministra da Casa Civil, chamando-a de "companheira de armas". O senador considerou que a frase não foi apenas "uma força de expressão" e disse que é preciso lutar contra esse tipo de coisa, porque o país necessita de tranquilidade.

O senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou, em aparte, que esteve na posse da nova ministra no Palácio do Planalto e opinou que a frase de Dirceu foi uma força de expressão, por terem ambos lutado contra a ditadura.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também participou na terça-feira da solenidade de posse de Dilma Rousseff na Casa Civil.



"Dilma Rousseff é reconhecida por seus méritos e por sua vida", disse Tião Viana sobre a nova ministra-chefe da Casa Civil

## MST, UNE e CUT entregam a Renan protesto contra desestabilização

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, recebeu na terça-feira uma cópia da Carta ao Povo Brasileiro de representantes da Coordenação dos Movimentos Sociais. No documento, as entidades representativas da sociedade civil e organizações não-governamentais protestam contra a "desestabilização do governo". Pedem ainda a agilização da reforma política e a mudança da política econômica. Estavam presentes na solenidade, entre outros, o presidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, e o presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta.

— É insuficiente ficar no "denuncismo". Precisamos promover mudanças que ataquem as causas dos problemas que temos enfrentado, além de assegurar a governabilidade do país — pediu Stédile, referindo-se às denúncias de compra de votos de parlamentares feitas pelo deputado Roberto Jefferson

(PTB-RJ) e de corrupção em empresas estatais.

Renan enfatizou a necessidade de garantir a governabilidade sem deixar de investigar nenhuma denúncia. Garantiu também que está aberto para ouvir as idéias da sociedade. Recentemente, o presidente do Senado encaminhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva um conjunto de propostas que buscam diminuir a burocracia estatal, reduzir a carga tributária e combater a corrupção.

Na carta entregue ao presidente do Senado, as entidades pedem também que o governo mantenha distância dos "setores conservadores" e das autoridades sobre as quais pesam denúncias de corrupção. Assinam o documento o MST, a UNE, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as Pastorais Sociais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outras, num total de 40 entidades.

CRISE POLÍTICA Soluções vão da instalação do Conselho de Transparência à aprovação da mudança constitucional

# Combate à corrupção na ordem do dia



A crise política aberta pelo flagrante de propina nos Correios e pela denúncia de suposta compra de votos de parlamentares – o chamado mensalão – movimentou intensos debates entre os senadores no decorrer da semana.

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), subiu à Tribuna para propor que o Parlamento faça uma cruzada pela apuração das denúncias de corrupção.

– Não conheço ninguém que queira entrar nessa cortina de fumaça e que imagine que a vida pública seja esse saco de gatos em que tentam colocar todo mundo – disse ele, ao defender que a já instalada CPI dos Correios estenda as investigações ao mensalão.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que convoque imediatamente uma reunião do Conselho de Transparência e

Combate à Corrupção para debater as denúncias. Ele lembrou que o órgão, criado em 2003 por decreto presidencial, nunca foi instalado. O conselho é composto por representantes de entidades civis, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Para Leonel Pavan (PSDB-SC), as denúncias podem atingir todo o Congresso e a classe política. Ao defender as investigações, Pavan afirmou que o atual momento político resulta de uma “confusão criada pelo próprio governo” e está gerando grande insatisfação popular.

## "Ação de Fonteles terá continuidade"

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), destacou que a indicação presidencial do jurista Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para o cargo de procurador-geral da República, aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

do Senado, é mais uma confirmação do ânimo do governo em combater a corrupção. Mercadante disse que o indicado dará continuidade ao trabalho de seu antecessor, Cláudio Fonteles. De currículo exemplar, conforme o líder do PT, Antonio Fernando, foi várias vezes indicado pelos membros do Ministério Público para ser o procurador-geral.

Mercadante registrou ainda o pronunciamento do presidente Lula em Luziânia (GO, na terça-feira, durante lançamento da União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Lula disse que irá investigar qualquer indício de corrupção, além de reconhecer a prerrogativa do Congresso para, por meio das comissões parlamentares de



Arthur Virgílio propõe que o Congresso promova uma cruzada anticorrupção

inquérito (CPIs), complementar as apurações da Polícia Federal e do Ministério Público.

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que 2005 é o ano em que o Congresso terá a oportunidade de corrigir, “de uma vez por todas”, as mazelas que o estão desmoralizando.

Para João Capiberibe (PSB-AP),

passo importante rumo ao fim da corrupção foi a aprovação do texto da reforma política pela Câmara dos Deputados.

– A reforma política vai acabar com o voto nominal, que é o balcão de negócios da política. Com o envio do projeto ao Senado, talvez possamos aprová-lo até setembro – avaliou.

## Oposição reage a discurso de Lula em Luziânia

Repercutiu com força entre os senadores o discurso do presidente Lula em Luziânia (GO), na terça-feira, quando proclamou que não havia ninguém mais ético do que ele próprio para combater a corrupção no país.

– Se o governo é ético, é preciso demonstrar. Se Lula perder as eleições, é porque seu governo afrouxou com relação à ética – reagiu o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

José Jorge (PFL-PE) afirmou que é uma “meia verdade” a frase dita pelo presidente. Para ele, Lula tem um passado que, “sem sombra de dúvida, lhe permitia combater a corrupção”. Ressalvou, porém, que sua postura atual não lhe confere mais tal “autoridade”.

Na avaliação de Jorge Bornhausen (PFL-SC), o presidente confunde credibilidade com popularidade. Ele pediu a Lula que “não seja arrogante”, apure



Ao contestar opositoristas, Saturnino defende Lula e diz que o avanço da democracia no país não permite ocultar crimes

as denúncias e mude os rumos de seu governo.

Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu a honestidade de Lula e garantiu que o governo está empenhado no combate à corrupção. Ele disse que a democracia brasileira avançou e não mais permite a ocultação

de crimes.

Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) repudiou a afirmação de Lula, no mesmo dia, sobre suposto interesse da oposição em barrar sua reeleição ao repercutir as denúncias de irregularidades. Ele negou essa intenção e disse estar preocupado com a imagem

do Parlamento, que “não deve ser nivelado por baixo”.

## Para líder, ninguém quer discutir reeleição

Na mesma linha, José Agripino (RN), líder do PFL, afirmou que “tudo o que a opinião pública não quer ouvir falar, hoje, é sobre reeleição presidencial”. O parlamentar contestou também que a oposição esteja explorando denúncias restritas ao terceiro escalão do governo, para antecipar o debate eleitoral de 2006.

– Como as denúncias podem ser do terceiro escalão se levaram à demissão do ex-ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu?

Jefferson Péres (PDT-AM) reconheceu que a atual crise atinge o Congresso, mas afirmou que o cerne da discussão aponta para Palácio do Planalto.

– A cloaca que o deputado Roberto Jefferson indica passa na porta do Palácio, o governo é

cúmplice ou inepto e isso começa a me preocupar – afirmou.

César Borges (PFL-BA) aconselhou o presidente Lula, o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais a não servirem como reféns do ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu.

Geraldo Mesquita (PSOL-AC), disse que quase todos os partidos fizeram acordo para manter Lula afastado do núcleo das investigações. Mas advertiu que essa estratégia vai revelar um presidente enfraquecido e um governo à deriva à medida que os resultados das apurações vierem a público.

Heloísa Helena (PSOL-AL) associou a forma de distribuição de cargos públicos aos casos de corrupção. Segundo ela, esses cargos foram oferecidos a pessoas e partidos, “delinquentes de luxo”, que no passado já se aproveitavam do Estado para obter vantagens pessoais.

## Suposto "golpismo" eleva temperatura de debates

A governabilidade e a suposta tentativa de desestabilizar o governo com investigações foram temas levados à tribuna na semana. Puxou o debate o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) ao afirmar que o excesso de CPIs poderia ser uma estratégia da oposição com esse objetivo.

O petista chamou a atenção para discurso do líder do PSDB, Arthur Virgílio, em 2001, quando o então deputado teceu conjecturas sobre um possível governo do PT. Ele disse que, uma vez na Presidência, o partido não contaria com grande base de apoio no Congresso e enfrentaria pedidos de investigação que poderia re-

sultar em pedido de afastamento do presidente. Arthur Virgílio explicou que, à época, chamava a atenção para os perigos do denunciamento praticado pelo PT.

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse que não vai aderir a campanha pelo *impeachment* do presidente Lula, mas sustentou que não se pode abrir mão de investigar irregularidades atribuídas a integrantes do governo.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) garantiu que a oposição não quer a saída do presidente, sem deixar de apontar o que considera indícios de “chavização” e “corrupção sistêmica” da política brasileira.

Mercadante discordou das aná-



Agripino rejeita hipótese de impeachment, mas quer apuração de denúncias

lises de Jereissati. Para o líder do governo, há hoje a sensação de haver mais corrupção porque ela está sendo mais combatida.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) também disse que seu partido não defende a queda de Lula.

## O que sai na imprensa repercute em Plenário

A cobertura da imprensa às denúncias de corrupção chegou ao Plenário na semana. Efraim Moraes (PFL-PB) destacou artigo na revista *Veja*, “Lula em seu labirinto”, do jornalista André Petry. Segundo ele, o texto “retrata aquilo que pensa o povo brasileiro”. Petry defende a hipótese de que, ou o presidente da República tinha conhecimento do chamado “mensalão”, e por isso seria “conivente”; ou não sabia de nada, e seria, assim, “inepto”.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) leu artigo de Clovis Rossi, publicado na *Folha de S. Paulo*, sob o

título “Bravata ontem, bravata hoje”. O jornalista pergunta em que mundo vive o presidente, “que o torna capaz de autoproclamar-se o campeão brasileiro (ou talvez mundial) da ética?”.

Já Ideli Salvatti (PT-SC) manifestou crítica. Ela citou a entrevista de Karina Somaggio, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, publicada pela revista *IstoÉ Dinheiro*. Karina acusa Valério de ser o operador do esquema de pagamento do “mensalão” a deputados. Para a senadora, a revista publicou a entrevista por causa da concorrência com outros veículos.

SISTEMA POLÍTICO Projetos de mudanças nas regras tramitam na Câmara. Simon e Jefferson analisam as propostas

# Reforma é vacina contra a corrupção



A corrupção do sistema político brasileiro só terminará quando for aprovada uma reforma estrutural dos mecanismos de escolha dos representantes populares e do exercício do mandato parlamentar. É o que asseguram dois dos mais respeitados senadores da atual legislatura, Pedro Simon (PMDB-RS) e Jefferson Péres (PDT-AM). Advogados por formação, os dois coincidem na defesa das principais mudanças em debate no Congresso - voto distrital, financiamento público das campanhas, cláusulas de barreira e fidelidade partidária.

A reforma política é um dos principais pontos da agenda apresentada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Renan considera que a adoção das mudanças vai "atacar as causas que estão fazendo as instituições balançarem". O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também apóia mudança "dos costumes e das leis", mas considera que a reforma "caminha a passos trôpegos". Na semana passada, o parecer ao projeto de reforma política foi aprovado pela Comissão de Justiça da Câmara. A matéria segue para exame do Plenário. O projeto institui, entre outros, o

financiamento público exclusivo de campanhas e a votação em lista preordenada de candidatos, organizada pelo próprio partido. A comissão aprovou ainda projeto que inibe o troca-troca de legendas, o que vai evitar, por exemplo, acordos de mudança de partidos para o comando de comissões ou mesmo para a Presidência da Casa. Também o parecer à proposta de emenda à Constituição que acaba com a obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias foi acolhido na comissão especial da Câmara. Nas entrevistas abaixo, Simon e Jefferson comentam essas alterações nas regras políticas.

Pedro Simon

## País nunca teve partidos políticos verdadeiros

**Como a reforma política poderia evitar episódios como a troca de apoio político por vantagens financeiras entre Legislativo e Executivo?**

Grande parte da responsabilidade pela corrupção vigente, envolvendo partidos, parlamentares, tesoueiros de campanhas, e culminando no loteamento do Estado, se deve à fragilidade de nossos partidos e à legislação eleitoral atual, com suas falhas e particularidades. O país sempre teve um amontoado de partidos, nunca partidos verdadeiros. Teve o PMDB, que está em crise, e o PT. Mas os brasileiros levaram

com essa carga histórica que impediu a consolidação de partidos políticos verdadeiros. A fidelidade partidária deverá impedir a troca de partido em função de benefícios pecuniários ou por favores ou cargos públicos.

**Como a reforma política poderia atenuar as constantes crises políticas entre Executivo e Legislativo?**

Infelizmente o assunto está sendo discutido em meio a uma grave crise. Mas uma reforma política desse porte e o Orçamento impositivo - matéria que o Senado está analisando - funcionarão como fatores inibidores de crises entre o Executivo e o Legislativo.

**Como a reforma política poderia banir das campanhas eleitorais a presença de recursos ilícitos ou desviados dos cofres públicos?**

Com financiamento público exclusivo, será fácil fiscalizar o abuso do poder econômico. Ao mesmo tempo, liberará os mandatos da influência do dinheiro e dos interesses corporativos. Gostaria, ainda, de ver incluída numa reforma

política ampla alguma restrição à excessiva presença de agências de marketing publicitário nas campanhas eleitorais. Penso que as campanhas deveriam ser realizadas com base fundamentalmente

em debates públicos, ao vivo, pelo rádio e televisão. Aí, sem o glamour e a fantasia gerados por computadores e marqueteiros, o candidato se apresentaria tal como ele é, sem artificialismos e mentiras que

enganam o eleitor.

**Como a reforma política poderia implantar mecanismos de fortalecimento dos partidos?**

Uma reforma nos moldes que imagino, em que o financiamento privado das campanhas será proibido e o parlamentar punido quando trocar de partido no meio do mandato, terá como consequência o fortalecimento dos partidos políticos e a qualificação da representação popular.

Jefferson Péres

## Candidato eleito não tem compromisso com a legenda

**Como a reforma política poderia evitar episódios como a troca de apoio político por vantagens financeiras entre Legislativo e Executivo?**

A compra e a venda de apoio parlamentar são facilitadas pela extrema fragmentação partidária e pelo não menos extremo personalismo da representação política. No sistema de representação proporcional com lista aberta, adotado nas eleições para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais (no Senado, o critério é majoritário), quem determina o resultado são os chamados puxadores de legenda, que obtêm um número de votos muito superior ao quociente eleitoral necessário e suas

"sobras" beneficiam companheiros menos votados do mesmo partido ou coligação. O eleitor não vota no partido; vota no candidato, e este, uma vez eleito, não tem

compromisso algum com sua legenda. Eis por que o Executivo tem que negociar interesses em bases pessoais. Não se trata de negociação de caráter institucional entre o presidente da República e os presidentes e/ou líderes partidários.

A solução seria a adoção da lista fechada, que estabelece uma ordem hierarquizada de votos para o partido (o voto no candidato acabaria). Isso forçaria os militantes a se interessarem pela vida do partido e pelo fortalecimento da legenda, de vez que a ordem de preferência é determinada em convenção pré-eleitoral.

**Como a reforma política poderia eliminar os troca-trocas de legendas de parlamentares eleitos, motivados apenas pelos interesses fisiológicos?**

Para superar o troca-troca, é preci-

so aprovar a fidelidade partidária, o que significa fazer do partido, e não do parlamentar, o dono do mandato. Saiu do partido, fica impedido de concorrer à próxima eleição. A fidelidade obrigatória também contribuirá para o fortalecimento e a representatividade dos partidos.

**Como a reforma política poderia atenuar as constantes crises políticas entre Executivo e Legislativo?**

A questão central para o fortalecimento da democracia está ligada à implantação de mecanismos eleitorais que consolidem a representação dos interesses legais e legítimos da coletividade brasileira. A culpa é do sistema de representação proporcional

necessário e suas na lista aberta, na raiz da resposta dada pelo então presidente da Câmara Ibsen Pinheiro: "Por que o Congresso demora tanto a votar matérias de interesse do país?",

lhe perguntou uma repórter. "Porque, aqui, nós somos 19 minorias", Ibsen respondeu, referindo-se ao número de partidos com assento no Parlamento.

**Como a reforma política poderia banir das campanhas eleitorais brasileiras a presença de recursos ilícitos ou desviados dos cofres públicos?**

A solução depende da adoção do financiamento público exclusivo das campanhas, que dará ao candidato representativo de interesses sociais lícitos, mas desprovido de dinheiro, a oportunidade de levar sua mensagem pela mídia eletrônica (rádio e TV), onde as campanhas são cada vez mais caras. Mas não adianta financiamento público sem fiscalização que reprima os caixas 2, 3, 4...

**Como a reforma política poderia implantar mecanismos de maior fortalecimento dos partidos?**

Enquanto os partidos permanecerem fracos, a troca de favores continuará desonrando a política brasileira. Sistemas partidários dignos de crédito comportam, quando muito, cinco ou seis legendas: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Como chegar a esse enxugamento? Aprovando a cláusula de barreira, que estabelece percentual mínimo de votos que cada partido deve obter em um número mínimo de estados.



CÉLIO AZEVEDO

todos esses anos para constatar que o PT também foi um fracasso. Defendo uma reforma política efetiva, com destaque para o financiamento público exclusivo de campanhas, fidelidade partidária e voto distrital misto. Apóio a limitação do número de legendas, com a criação da federação de partidos para facilitar a vida das pequenas agremiações.

**Como a reforma política poderia eliminar os troca-trocas de legendas de parlamentares eleitos, motivados apenas pelos interesses fisiológicos?**

O Brasil, na verdade, não tem tradição de partidos ideológicos e doutrinários, como ocorre, por exemplo, na Argentina e na Inglaterra. Na República Velha, as eleições eram facilmente fraudadas por práticas como a dos currais eleitorais e do voto aberto. Mais recentemente, o regime democrático foi interrompido por décadas de ditaduras em períodos diferentes em que não havia liberdade e garantias para uma vida partidária completa. Assim, chegamos aos dias de hoje

**Campanhas deveriam ser realizadas com base em debates públicos, ao vivo**

MOREIRA MARTZ





## COMISSÕES

# CCJ aprova nome para suceder Cláudio Fonteles

Por 20 votos favoráveis e um contrário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, na terça-feira, o nome do jurista e professor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza para o cargo de procurador-geral da República no lugar de Cláudio Lemos Fonteles, que deixa a função ao término de seu mandato de dois anos. A indicação presidencial ainda precisa ser examinada pelo Plenário.

O relator da mensagem, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável, afirmando que o candidato, subprocurador desde 1988, certamente seguirá o mesmo caminho de “trabalho duro, isento e independente que caracterizou Fonteles à frente da procuradoria”.

Em sua exposição, Antônio Fernando lembrou ser integrante do Ministério Público (MP) há mais de 30 anos e disse que sempre se preocupou em responder positivamente aos novos poderes do MP criados pela Constituição, em especial na investigação dos crimes do colarinho branco. Ele afirmou ter consciência da expectativa do país em relação à instituição, prometendo empenhar-se para o seu



Antônio Fernando diz estar consciente das expectativas do país e que vai se empenhar para aperfeiçoar o Ministério Público

permanente aperfeiçoamento.

– Há um significativo trabalho do MP em prol da sociedade brasileira, que pretendo aprofundar.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) admitiu ter trabalhado pela indicação de uma mulher para o cargo, mas declarou ter ficado satisfeita com a indicação de Antônio Fernando.

– Todos sabemos que Fonteles agiu com independência e agilidade. Se agir da mesma forma, isso será bom para o governo e a

sociedade – afirmou ela.

Respondendo à senadora sobre o trabalho da Polícia Federal, Antônio Fernando observou que, para obter resultados, o MP não pode isolar-se das demais esferas de investigação, como o Judiciário e a PF, que ocupa papel preponderante nesse trabalho integrado.

Ao senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que quis saber de suas expectativas em relação ao Conselho do Ministério Público, Antônio Fernando disse esperar

que a experiência seja exitosa, para suprir as deficiências dos controles internos.

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou os oito anos de “engavetador” de Geraldo Brindeiro, durante os quais, afirmou, “nada prosperou”. Ele elogiou Fonteles e pediu continuidade para o “bom momento” da procuradoria. Simon lembrou que há três comissões parlamentares de inquérito em andamento, acrescentando que a situação é delicada para o governo e para o Parlamento.

José Agripino (PFL-RN) ressaltou que a sociedade torce para que a CPI dos Correios chegue a bom termo.

– Como as instituições estão sólidas, é possível que a CPI atue com isenção, resultando num Brasil melhor, no interesse legítimo do cidadão brasileiro.

Arthur Virgílio (PSDB-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Demostenes Torres (PFL-GO), Aloizio Mercadante (PT-SP), Maguito Vilela (PMDB-GO), Paulo Octávio (PFL-DF) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também elogiaram a atuação de Fonteles, destacando seu trabalho independente, firme e equilibrado.

## Ministro do TST debate projetos com senadores

A Comissão Especial Mista do Judiciário reuniu-se na quarta-feira para ouvir exposição do presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Vantuil Abdala, sobre dois pontos da reforma do Judiciário – Emenda Constitucional 45 – que regulamentam a Justiça do Trabalho. O ministro apresentou sugestões às minutas de dois projetos de lei elaboradas pelo relator da comissão, senador José Jorge (PFL-PE). Uma das propostas regula o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas (FGET), enquanto a outra trata das competências da Justiça do Trabalho.

Vantuil Abdala afirmou que há necessidade de se especificar todas as hipóteses de competência da Justiça do Trabalho. Disse ainda que a proposta do relator estabelece que, assim como os contratos de trabalho, as relações trabalhistas também possam ser questionadas na Justiça do Trabalho. O ministro salientou que o trabalhador nunca pode ser considerado réu nesse ramo do Judiciário.

– Só um dos pólos da relação de trabalho deve ter ação na Justiça trabalhista, e é claro que esse só pode ser o trabalhador.

### Receitas de multas devem constituir fundo

O presidente do TST salientou que o projeto que regula o FGET “é a redenção de um grande drama da Justiça do Trabalho, que são as execuções”. Atualmente, disse o ministro, existem 1,7 milhão de ações de execução. Ele concorda que o fundo seja constituído, dentre outros recursos, de multas impostas em decisões judiciais e em termos de conciliação homologados pela Justiça do Trabalho. Abdala sugeriu ainda que o valor máximo das indenizações trabalhistas seja estipulado em até 60 salários mínimos. A minuta do projeto de José Jorge fixa esse teto em até 40 salários mínimos.

O relator disse que, por tratar-se de matéria com implicações financeiras, o projeto que regula o FGET deve ser discutido com o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e com o Ministério da Fazenda.

## Estudo mostra relação entre armas e violência

O gabinete da Presidência do Senado abrigará, nesta segunda-feira, às 11h, o lançamento de livro editado pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) contendo dados recentes sobre mortes provocadas por armas de fogo no Brasil. O tema foi objeto de encontro havido na semana passada entre o presidente da Casa, Renan Calheiros, e o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein.

A publicação vai mostrar o impacto dos números que registram mortes por armas de fogo entre a população adulta e jovem de 15 a 24 anos. Vai trazer ainda uma comparação entre as mortes no Brasil, resultantes de homicídios praticados com armas de fogo, e os óbitos em outros países do mundo, em conflitos armados diversos.

– O estudo mostrará a tremenda necessidade que o Brasil tem de dizer não à livre comercialização das armas de fogo – comenta Werthein.

Renan lidera campanha suprapartidária no Congresso em favor da aprovação do projeto que tramita na Câmara dos Deputados, destinado a garantir a realização de consulta popular sobre a proibição do comércio de armas e munições. Os esforços junto ao presidente daquela Casa, deputado Severino Cavalcanti, visam à aprovação da proposta ainda esta semana.

O projeto de decreto legislati-

vo (PDS 950/03), de autoria do próprio Renan, que determina a convocação do referendo, já está pronto para ser votado pelo Plenário. Mas, como a pauta da Câmara encontra-se obstruída por medidas provisórias e projetos de lei com urgência constitucional, a aprovação depende de acordo entre as lideranças do governo e da oposição.

Para que a consulta seja realizada ainda este ano, o projeto terá que ser aprovado até o fim deste mês. Dois requerimentos de urgência – um do deputado Raul Jungmann (PPS-PE) e outro da deputada Laura Carneiro (PFL-RJ) – aguardam decisão do Plenário.

De acordo com declarações do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos

Velloso, se a aprovação ocorrer até o fim de junho, a data mais provável para o referendo será o dia 23 de outubro deste ano.

O senador Paulo

Octávio (PFL-DF) apelou para que a Câmara dos Deputados vote rapidamente a proposta. Ele citou estatísticas apuradas pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Ministério da Saúde, segundo as quais, entre 1991 e 2002, 265 mil pessoas morreram vítimas de armas de fogo.

A pergunta original do projeto de Renan Calheiros que deverá ser respondida pela população brasileira é: “O comércio de armas de fogo e munição deve ser

proibido no Brasil?”. Esta será a primeira vez que o povo brasileiro irá decidir sobre uma lei já aprovada pelo Congresso. No referendo, o povo decide se uma lei já aprovada deve continuar em vigor. Já o plebiscito é uma consulta prévia sobre um tema de relevância constitucional.

Se ainda não há plena certeza

sobre o referendo, a Campanha Nacional de Desarmamento já alcançou quase o dobro do resultado previsto. Até 15 de junho, um ano após seu lançamento, já haviam sido recolhidas 337.456 armas em todo o país. O governo já decidiu prorrogar a campanha até 23 de outubro, data prevista para a consulta popular.



Werthein e Renan trocam informações sobre incidência de mortes causadas por armas e a campanha de desarmamento

## Toma posse Conselho do Ministério Público

Tomaram posse na semana passada os integrantes do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), órgão que fiscalizará a gestão administrativa e financeira do Ministério Público (MP), além de zelar pelo cumprimento dos deveres dos procuradores. Estavam presentes à solenidade o procurador-geral da República, Cláudio

Fonteles; o vice-presidente do Senado, Tião Viana; o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim; o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Vantuil Abdala; e o presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato.

O CNMP, presidido pelo procurador-geral da República, assim como o Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional 45/04, é composto por 14 membros, indicados pelo Senado, pela Câmara dos Deputados, pelo Ministério Público da União (MPU), pelo Ministério Público dos estados e pela OAB.

**COMISSÕES** Especialistas e senadores comemoram a retomada da discussão, provocada pela crise boliviana

# Senadores propõem regulação para o gás natural



O recente temor vivido pelo país de enfrentar uma crise energética durante a instabilidade política por que passou a Bolívia, da qual o Brasil importa cerca de 24 milhões de metros cúbicos por dia de gás natural, levantou a discussão sobre a necessidade de uma regulação específica para o setor de gás. Projetos sobre o assunto apresentados pelos senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Marcelo Crivella (PL-RJ) tramitam no Senado. Hoje o gás natural é regulado pela Lei do Petróleo (Lei 9.478/97), juntamente com os combustíveis derivados do pe-

tróleo, como o gás de cozinha ou GLP (gás liquefeito de petróleo), o que é considerado inadequado pelos dois parlamentares.

Tourinho apresentou, no último dia 16, projeto de lei para a regulação da exploração e comercialização do gás natural no Brasil (PLS 226/05). A proposição, de acordo com ele, visa eliminar problemas futuros na oferta de energia elétrica, hoje basicamente de origem hidrelétrica, e reduzir a dependência externa do país em relação ao produto. O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e para a de Assuntos Econômicos. Depois irá para a de Serviços de Infra-Estrutura (CI), à qual caberá decisão terminativa.



Técnico trabalha no gasoduto Brasil-Bolívia, em Itatiba: crise boliviana suscita debate em Brasília

LUIS CARLOS MURAUSSAS/FOLHA IMAGEM

Na CI já estão os dois projetos apresentados por Crivella sobre o assunto. O primeiro (PLS 100/04) cria o Programa Nacional do Gás (Progás), que deverá ser aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética, fixar metas de construção de gasodutos e de produção, e atender a diretrizes como minimização do impacto no meio ambiente e redução dos desequilíbrios regionais. O outro projeto (PLS 101/04) institui o Plano Setorial de Desenvolvi-

mento do Gás, que deverá estabelecer diretrizes e metas para o setor por dez anos. Esses projetos foram retirados, a pedido do senador, da pauta da comissão na semana passada. Segundo sua assessoria, Crivella não poderia estar presente na reunião da CI por estar em viagem oficial, ouvindo depoimentos para a CPI Mista da Emigração Ilegal.

Além disso, outro projeto de regulamentação para o setor poderá chegar ao Congresso,

apresentado pelo governo. A diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP) anunciou que vai encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, no início de julho, uma proposta de lei. Segundo o diretor de Gás Natural e Biocombustíveis da agência, Vitor Martins, o projeto prevê a criação do Operador Nacional do Setor de Gás Natural e a substituição do atual sistema de autorização para a construção de gasodutos pelo de concessão.

## Tourinho quer maior concorrência

O senador Rodolpho Tourinho acredita que é importante criar um marco regulatório para o setor de gás. Segundo ele, a Lei do Petróleo tornou-se, ao longo do tempo, insuficiente para desenvolver a indústria do gás natural e inadequada para o exercício de algumas de suas atividades, "sobretudo as sujeitas aos chamados monopólios naturais, como o transporte por gasodutos, cujos regimes estão a necessitar de urgente revisão que elimine conflitos imprevistos e que permita uma maior concorrência na comercialização".

Para Tourinho, a ausência de um marco legal adequado para o gás natural tem inibido investimentos na indústria e agravado a concentração do mercado na empresa estatal. Apesar da abertura, a Petrobras continua responsável pela produção de 95% do gás natural nacional e pela comercialização de quase 90% do gás importado. O senador disse que o contrato com a Bolívia levou o país a pagar um alto preço pelo gás e a se endividar com o Gasbol (Gasoduto Brasil-Bolívia), devido a pagamentos antecipados e negociações que incluíam uma cláusula pela qual o país era obrigado a pagar pelo

produto, utilizando-o ou não.

– O problema mais grave está no Nordeste, que depende da energia de termoeletricas (movidas a gás natural), porque a capacidade hidrelétrica do rio São Francisco se esgotou. A regulamentação do uso do gás vai compensar grande parte do déficit de energia elétrica daquela região, além de beneficiar o Sudeste, que hoje importa quase 90% do gás para a indústria – diz.

Ele afirmou que, embora o Ministério do Planejamento tenha anunciado, no início deste ano, um contrato com a China para o

financiamento da construção de um gasoduto que vai beneficiar o Nordeste, o Gasene, depois da crise na Bolívia a Petrobras passou a se preocupar com a possibilidade de um futuro problema de abastecimento no Sudeste e não tocou mais o projeto.

A proposta de Tourinho aborda ainda questões relativas ao licenciamento ambiental para construção de gasodutos e à divisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços entre os estados usuários e distribuidores. Ele vai propor audiências para discussão de seu projeto.



Para Rodolpho Tourinho, é importante haver um marco regulatório para o gás natural distinto da Lei do Petróleo

JANE ARAÚJO

## Especialista comemora retomada da discussão

"O setor de gás natural há muito tempo carece de uma regulamentação específica", concorda o professor Edmar Luiz Fagundes de Almeida, do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

– Pelo atual marco, o gás natural é tratado como similar ao petróleo em vários aspectos, quando, na verdade, ele tem peculiaridades. A Lei do Petróleo, no que diz respeito ao gás natural, é incompleta, pois só trata do processo até a fase de transporte, e a questão da distribuição fica para os estados. Além disso, vê a indústria como se fosse fragmentada. Há artigos da Lei 9.478 que

não foram regulamentados pela ANP, em especial os que tratam de competição do mercado – explica. Para o professor da UFRJ, o ideal seria que o marco regulatório do gás natural fosse elaborado após uma ampla discussão, na qual fossem ouvidos todos os agentes envolvidos. Edmar diz que o governo anunciou, em 2003, a formação de uma comissão para apresentar uma proposta de projeto de lei com um marco regulatório. "No entanto, essa proposta não saiu e, por isso, é importante que o Legislativo retome a discussão."

– Temo apenas que essa regulamentação não seja devidamente debatida, o que dificultará as chances de se chegar a um consenso – considera.

Além da retomada dos de-

bates em torno da definição do marco regulatório, Edmar aponta que outro fato importante para o setor neste momento é a discussão de um acordo para a construção de um gasoduto entre o Chile e o Peru, e a complementação do gasoduto Uruguiana-Porto Alegre. O Chile, que hoje importa da Argentina, passaria a exportar gás, e a Argentina ficaria com sobra suficiente para repassar o produto ao Brasil e Uruguai. Edmar acredita que, além de ter um pa-

pel importante na integração econômica do Cone Sul, o acordo permitirá diversificar as fontes de suprimento. "Ao contrário do que pode aparentar,

a integração regional de gasodutos contribui para a redução do risco de problemas com o abastecimento, pois em casos de carência ou crise, um país poderá cobrir o outro". Com a alternativa, o Brasil e a região ficariam menos dependentes da Bolívia. Quanto ao problema de falta de gás no Nordeste, levantado por Tourinho, Edmar lembra que o projeto do Gasene citado pelo senador vai ligar a rede de transporte de gás natural do Centro-Sul à do Nordeste, e está em fase de licitação. Uma vez completado este empreendimento, será possível resolver o problema do Nordeste. Além disso, acrescenta, o desenvolvimento do campo de Manati, na Bahia, permitirá aliviar a situação de abastecimento da região.

## Crivella quer difundir utilização do produto

Os dois projetos de Crivella aguardam a decisão terminativa da CI, onde os relatórios dos senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Augusto Botelho (PDT-RR) são favoráveis à aprovação, ambos com emendas.

Crivella afirma que, "embora o setor não seja completamente dominado pelo Estado, o Poder Executivo, que tem a visão

global do rumo político que quer imprimir ao país, precisa atuar com firmeza, sinalizando para os agentes do mercado os caminhos a seguir". A idéia é estimular a maior participação do gás na matriz energética brasileira.

Crivella considera o recurso "valioso demais" para que seu destino seja determinado sobre-

tudo por interesses comerciais e disse que propôs o Progás por também acreditar que a política do gás natural deve ser separada da do petróleo.

– Depois que foi descoberto que em Santos tem mais gás natural que na Bolívia, não é possível que nossas leis o continuem tratando como subproduto do petróleo – defendeu.

# Agricultura

## Pequeno produtor tem chance de renegociar dívidas



Agricultores familiares, mini e pequenos produtores e suas cooperativas e associações que rolaram suas dívidas em 2003 poderão novamente renegociar os pagamentos devidos, conforme estabelece projeto do senador César Borges (PFL-BA) aprovado semana passada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta autoriza a reabertura do processo de repactuação e alongamento das dívidas rurais estabelecido pela Lei 10.696/03.

Pelo projeto de César Borges (PLS 517/03), serão renegociados contratos no valor máximo de até R\$ 50 mil por beneficiário. Na etapa anterior foram aceitos

contratos de até R\$ 35 mil.

Em 2003, a parcela do saldo original sujeita a repactuação foi limitada em R\$ 15 mil. No projeto atual, o teto sobe para R\$ 30 mil. A parcela excedente terá de respeitar os encargos contratuais vigentes.

São abrangidos financiamentos de custeio e investimento feitos ao abrigo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste; com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), em operações classificadas como Proger Rural; ou financiamentos que foram equalizados pelo Tesouro Nacional.

Na Lei 10.696 foi acordado o

pagamento mínimo inicial de 10% do valor vencido, que, ao lado de outras exigências, acabou por inviabilizar o compromisso de saldar a dívida por significativa parte dos produtores.

Esse percentual foi suprimido do projeto atual. Além dos mutuários das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, serão beneficiados agricultores do norte do Espírito Santo, norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Para o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator da matéria e autor do substitutivo, as mudanças propostas não irão solucionar os



Agricultores amargam elevação de custos e queda no preço dos produtos

LUÍZ CHAVES/PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL

diversos problemas enfrentados pelos pequenos agricultores, mas ajudarão a minimizá-los.

– Os produtores não estão conseguindo pagar as contas devido ao desequilíbrio entre receitas e despesas – afirmou o senador.

### Votação apertada na comissão

O projeto prevê rebate no saldo devedor, bônus de adimplência, alongamento do prazo de pagamento, com carência e menores taxas de juros (entre 3% e 4% ao ano). Hoje os bancos trabalham à

taxa média de 8,75% e, em alguns casos, mais 8,75% em *spread*.

Com 13 votos a favor e 12 contra, o substitutivo gerou discussões acirradas durante análise na CAE e agora aguarda turno suplementar em votação terminativa. O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) questionou a elevação do teto de R\$ 35 mil para R\$ 50 mil (176 mil contratos), um aumento, segundo ele, de menos de 5% no número de contratos, mas com impacto de R\$ 1,73 bilhão no resultado primário do setor público.

## "Tratoração" promete movimentar Brasília

O movimento Tratoração, que deverá reunir cerca de 20 mil produtores rurais em Brasília nos próximos dias 28, 29 e 30, quer comover o governo para a crise enfrentada pelo setor. O evento foi anunciado em Plenário pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). Na última sexta-feira, a bancada ruralista do Congresso reuniu-se com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci, e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, para pedir socorro ao setor.

– Pelo menos agora tivemos uma sinalização do presidente de que as dificuldades do setor serão analisadas – disse o presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO).

Os ruralistas pleitearam a liberação de R\$ 1 bilhão para apoiar

a comercialização de arroz, algodão e farinha de mandioca, recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura e renegociação das dívidas do setor. São R\$ 12,6 bilhões em parcelas vencidas e R\$ 34 bilhões a vencer.

O ministro da Agricultura irá divulgar nesta segunda-feira as reivindicações que serão atendidas pelo

governo. Ainda esta semana, o deputado Caiado apresenta projeto de lei que trata da renegociação de todos os débitos rurais. A proposta é oferecer tratamento uniforme a todos os produtores das regiões Norte, Centro-Oeste e Centro-Sul, com repactuação dos débitos – preservadas cláusulas contratuais – e extinção das penalidades



César Borges, autor do projeto aprovado na CAE, prioriza os pequenos produtores

pelos agentes financeiros.

Outro projeto, relatado pelo deputado Nélio Dias (PP-RN), aprovado na Comissão de Agricultura e em análise na de Finanças e Tributação, atende à área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e autoriza a repactuação das dívidas rurais de quaisquer fontes de recursos na região.

## Setor terá queda na produção e no uso de tecnologia

A produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas deverá ser quase 5% inferior à de 2004. A estimativa foi feita semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que calculou a colheita de 113,5 milhões de toneladas em 2005. A redução reflete principalmente a previsão de queda de 20,8% na produção da região Sul – fortemente castigada pela seca –, responsável por 34% da produção nacional.

– No próximo plantio deverá haver uma pequena queda na área cultivada, mas haverá grande redução no uso das tecnologias, o que resultará em lavouras malfeitas, redução das taxas de produtividade e, conseqüentemente, safra resumida – analisa o pesquisador em Economia da Produção na Embrapa e assessor da Comissão de Agricultura da

Câmara, Dante Scolari. O efeito dessa situação será o aumento do custo dos alimentos, segundo o pesquisador.

Além da instabilidade climática, que causou prejuízos de mais de 70% em algumas lavouras, os produtores perderam dinheiro com a compra de insumo com dólar a R\$ 3,20 em 2004, enquanto a cotação atual permanece na casa dos R\$ 2,40. "Além do aumento do preço dos insumos e da logística, há brutal concentração de preços por grupos econômicos e cartéis", disse o pesquisador.

Investimentos tecnológicos feitos há quatro anos devem agora ser saldados pelos produtores, que afirmam não ter como pagar. Produtor em Mato Grosso, estado que sofreu com seca e chuva em momentos diversos, Paulo Aguiar calcula perdas médias de 30% na venda da produção.

## Perdas do setor agropecuário chegam a R\$ 28,6 bilhões

Levantamento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) aponta perdas de R\$ 28,6 bilhões na receita do setor agropecuário este ano. Para o assessor técnico da CNA, Luciano Carvalho, não há como fazer distinções entre grandes e pequenos produtores. Todos, segundo ele, sofrem com perdas e dívidas.

– De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, pequeno é aquele que produz em até 15 módulos. Para a CNA, é preciso analisar também a renda, o quanto pode ser produzido em cada módulo,

que varia de tamanho conforme a característica da região. A segmentação acaba sendo mais política do que técnica – avalia.

Os empréstimos para famílias de baixa renda que participam do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) têm sido importantes, mas, segundo Carvalho, o programa não deveria estar atrelado a restrições como a contratação de apenas dois funcionários por propriedade.

O Pronaf é um dos programas com menor taxa de inadimplência (12,42%).

## Dívida dos produtores rurais em todo o país

(Em reais)

Fonte de recursos	Dívidas já vencidas e não pagas	Total das dívidas	Inadimplência
Funcafé	229.474.174,85	1.420.955.551,61	16,15%
Procera	113.416.311,12	453.406.731,73	25,01%
Cacau	104.101.840,50	286.399.465,08	36,35%
Recoop	2.020.914,37	478.510.857,23	0,42%
Pronaf	1.184.373.455,22	9.534.374.905,86	12,42%
FCO	208.463.741,72	3.855.868.688,68	5,41%
FNE	2.410.832.382,90	3.854.035.290,89	62,55%
FNO	334.256.643,16	2.681.666.645,98	12,46%
Securitização	6.046.611.756,17	12.825.990.989,39	47,14%
Pesa	1.652.543.008,04	10.604.761.853,31	15,58%
Outros recursos	344.168.230,42	566.569.337,01	60,73%
<b>TOTAIS</b>	<b>12.630.262.458,47</b>	<b>46.562.607.158,42</b>	<b>27,13%</b>

Fonte: Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara

## COMISSÕES

# Dona-de-casa poderá ter cobertura da Previdência Social

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou substitutivo a projeto da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) que concede cobertura previdenciária a donas-de-casa. O PLC 25/04 altera as Leis 8.212 e 8.213, ambas de 1991, instituindo uma nova categoria de segurado obrigatório da Previdência Social – a de segurado de sociedade conjugal ou união estável, na qual estão incluídas, sobretudo, as donas-de-casa que se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico.

O relator da matéria, senador Augusto Botelho (PDT-RR), argumenta em seu substitutivo que a inclusão das donas-de-casa no âmbito da Previdência Social representará um grande passo na sustentação da renda e no combate à pobreza.

– Caso essa providência não seja tomada, um contingente enorme de brasileiras irá pressionar por aumento de gastos públicos em programas assistenciais quando chegarem à velhice, e vão ainda reduzir a renda média de suas famílias – explicou Augusto.

O substitutivo apresentado pelo senador diminui o valor da contribuição previdenciária de R\$ 60 constante do projeto original. O valor proposto, segundo ele, acarretaria um ônus pesado a famílias de baixa renda. Augusto Botelho sugeriu, por isso, R\$



JANE ARAÚJO

**Substitutivo de Augusto Botelho reduziu valor da contribuição previdenciária para quem ganha até dois salários mínimos**

22,95 (equivalente à aplicação de uma alíquota de 7,65% sobre o valor do salário mínimo) para a faixa de renda de até dois salários; a alíquota de 20% foi mantida para remuneração superior a dois salários mínimos. O projeto vai agora ao Plenário.

## Audiência pública discute fibrose cística

A Comissão de Assuntos Sociais acolheu ainda requerimento

do senador Flávio Arns (PT-PR) solicitando a realização de audiência pública no dia 29 para discutir o tratamento de fibrose cística, doença identificada mediante o teste do pezinho.

Deverão ser convidados para participar da audiência um médico especialista, um parente de pessoa com fibrose cística, um representante do Ministério da Saúde e outro do Ministério Público.

## Senado vai debater igualdade racial

A ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, e o presidente da Fundação Palmares, Ubiratan Castro, deverão ser ouvidos em audiência pública na Subcomissão da Igualdade Racial e Inclusão, de acordo com requerimento do presidente da subcomissão, senador Paulo Paim (PT-RS). No encontro, marcado para quinta-feira, eles vão debater os temas "Estatuto da Igualdade Racial", "Dia da Consciência Negra" e "Negro na Mídia".

### Política de igualdade interessa a brancos e negros, diz Paim

A data escolhida para a audiência, conforme informou Paim, coincide com o início da 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que será realizada em Brasília e contará com a presença de deputados federais e estaduais, vereadores, lideranças do movimento negro e especialistas na questão racial. A conferência prosseguirá até sábado.

– É importante aproveitar a presença daqueles que têm compromisso com a questão da desigualdade. Uma política como

esta interessa a todos, brancos e negros – salientou o senador Paulo Paim.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, decretou o ano 2005 como o da igualdade racial, registrou Paim, e o senador considera fundamental que o Estatuto da Igualdade Racial seja examinado no menor prazo possível para começar a vigorar ainda este ano.

Em aparte ao discurso de Paim, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial deve ser feita com rapidez para que o país disponha de um instrumento legal para aplicar às discriminações.

## Audiência sobre a China é adiada para agosto

A audiência pública, prevista para a quinta-feira passada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), para discutir as relações econômicas entre o Brasil e a China será realizada no início do segundo semestre. O anúncio foi feito pelo presidente da CRE, senador Cristovam Buarque (PT-DF), logo após o início da reunião.

O senador agradeceu a presença dos convidados para a audiên-

cia e lamentou o adiamento. No mesmo momento, realizavam-se na Casa uma reunião da CPI Mista dos Correios e uma sessão plenária. A audiência pública da CRE tinha como objetivo discutir os efeitos da decisão do governo brasileiro de reconhecer a República Popular da China como uma economia de mercado.

– Tinha muita expectativa desse encontro, para debater assunto tão importante, mas,

diante da situação que vivemos no Congresso Nacional e da convocação de sessão plenária, decidimos adiar a audiência para agosto, pois o assunto é suficientemente importante para ser discutido apenas com um senador e o presidente – explicou.

Também presente à reunião, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) agradeceu igualmente aos convidados por terem aceitado o convite para o debate.

## Diretores da Petrobras serão chamados para explicar prejuízos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou requerimento de seu presidente, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), convidando o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e o diretor de Gás e Energia da empresa, Ildo Sauer, para prestarem informações sobre supostos prejuízos causados à estatal, conforme notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* do dia 17 deste mês.

Heráclito disse que as autoridades convidadas poderão esclarecer essas notícias, inicialmente atribuídas a Ildo Sauer. O diretor negou ter dito ao jornal que contratos firmados com termoeletricas controladas por companhias americanas sob responsabilidade do então diretor da Petrobras e hoje senador Delcídio Amaral (PT-MS) teriam causado prejuízo de pelo menos R\$ 2 bilhões à estatal.

Foi aprovado também requerimento de Delcídio incluindo o nome do diretor da Área Inter-

nacional da Petrobras, Nestor Cerveró, para ser ouvido na CI. O senador também quer que Cerveró fale sobre os projetos do governo na área de gás e energia desenvolvidos pela empresa nos últimos dez anos e as perspectivas para o setor.

Outro requerimento acolhido pela comissão, também do senador Heráclito Fortes, pede a realização de audiência pública com o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, em data a ser marcada.

O convidado deverá prestar esclarecimentos e informações sobre a liberação de recursos pelo Tesouro Nacional para o Projeto Piloto, negociado pelo governo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o requerimento, dos R\$ 2,82 bilhões previstos para investimentos, que não entram no cálculo do resultado das contas do governo, foram empenhados apenas R\$ 558,9 milhões (19,8%).



CÉLIO AZEVEDO

**Segundo Heráclito, José Eduardo Dutra e Ildo Sauer poderão esclarecer dúvidas sobre antigos contratos com termoeletricas**

## Ministro das Cidades fala sobre construção de metrô

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, deverá ser ouvido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) sobre problemas na liberação de recursos para construir o metrô de Salvador e outros sistemas de transporte urbano do país. O pedido foi feito pelo senador César Borges (PFL-BA).

A construção do metrô, segundo ele orçada em US\$ 307,8 milhões, resulta de parceria entre o setor privado e os governos federal, estadual e municipal. Mas, disse ele, US\$ 150 milhões do Banco Mundial, autorizados pelo Senado, foram cancelados. Essa decisão, acrescentou, imporá prejuízos irreparáveis a Salvador, além de representar desperdício injustificável de dinheiro público.

### Gás e eletricidade também em discussão

A requerimento do senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi aprovada audiência para instruir projeto (PLS 63/04) que permite a venda e a recarga de botijões de gás liquefeito de petróleo

(GLP) e gás natural em postos de gasolina.

Serão convidados à audiência o presidente da Federação Nacional das Associações do Comércio Varejista Transportador Revendedor de Gás Liquefeito de Petróleo, Jorge Lúcio da Silva; o vice-presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, Alísio Jacques Mendes Vaz; o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Borges Rodrigues Lima; a secretária de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Maria das Graças da Silva Foster; o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, Luiz Gil Siuffo Pereira, e o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras, Jonathan Sasul Benchimol.

Por solicitação do senador Leonel Pavan (PSDB-SC), a CI ouvirá o presidente da Eletrosul, Milton Mendes, sobre os planos da empresa de expansão na geração e distribuição de energia de 2005 a 2007.

## COMISSÕES



Senador Demostenes Torres (à direita, na primeira fila), relator do projeto de empréstimo junto ao BID, diz que as medidas fortalecem os tribunais de contas

## Tribunais de contas serão modernizados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou pedido do governo federal para contratação de operação de crédito externo do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 38,6 milhões. O empréstimo destina-se a financiar parte do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (Promoex).

O programa busca modernizar e integrar os tribunais estaduais e municipais, por meio do aperfeiçoamento dos procedimentos de auditoria, de uma relação mais próxima com os órgãos públicos, da transparência na prestação das informações e do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

– São medidas que contribuem para o fortalecimento institucional, aperfeiçoando procedimentos de auditoria e disponibilizando informações úteis ao controle da coisa pública pela sociedade – disse o relator da matéria, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

Nessa primeira fase, o custo total do programa está estimado em US\$ 64,4 milhões, com o empréstimo do BID, e a contrapartida da União e dos tribunais de contas dos estados, no valor de US\$ 25,8 milhões. O desembolso será feito em até quatro anos.

Para a segunda fase do programa estão previstos gastos de mais US\$ 34,2 milhões, caso a primeira etapa alcance bom desempenho e após terem sido utilizados pelo

menos 50% dos recursos externos.

O senador César Borges (PFL-BA) pediu vista de outra mensagem do Poder Executivo para contratação de empréstimo junto ao BID. São

US\$ 33 milhões para o Programa de Inovação Tecnológica Agroalimentar e Agroindustrial para o Futuro (Agrofuturo), cuja execução caberá à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O parlamentar justificou seu pedido como um “ato de protesto” ao anúncio do ministro das Cidades, Olívio Dutra, de que cancelaria parte do empréstimo acertado com o BID para a construção do

metrô de Salvador.

– Será que é justo cancelar o empréstimo com o BID para concluir o metrô e pedir mais empréstimo para outras finalidades? Essa é uma medida cruel e danosa para a população mais pobre de Salvador. Estão brincando de forma impiedosa com a população – afirmou César Borges.

### Contribuições para o G-24

A comissão aprovou também projeto de lei da Câmara (PLC 89/04) que autoriza o Poder Executivo a efetuar contribuições anuais de até US\$ 20 mil para a manutenção do escritório do Grupo Intergovernamental dos 24 (G-24), situado em Washington, nos Estados Unidos, e para o Fundo para o Programa de Pesquisas do G-24.

O G-24, um grupo informal, foi criado em 1971 para discussão dos países em desenvolvimento, duas vezes por ano, sobre questões financeiras e monetárias, como propostas para aperfeiçoar o sistema monetário internacional junto ao Comitê Monetário e Financeiro Internacional do Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao Comitê de Desenvolvimento do Banco Mundial.

### Votação de empréstimo para o Agrofuturo foi adiada por um pedido de vista

## Fazenda fornece lista de quem descumpriu lei fiscal

O presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), comunicou à comissão o recebimento de resposta do Ministério da Fazenda ao requerimento em que foi solicitada a relação de municípios que tenham descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal e que não tenham atendido à Resolução 43/01, referente ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (Reluz).

A lista, entretanto, inclui a capital paulista e mais quatro municípios gaúchos (Alvorada, Viamão, Cachoeirinha e Liberato Salzano) e quatro catarinenses (Balneário Arroio Silva, Penha, Cunhataí e Herval D'Oeste).

– Agora fica bem claro quem é que precisaria ser atendido pela medida. Mercadante incluiu Salvador e Rio de Janeiro, mas, como acabamos de ver,

somente São Paulo é que estava ferindo a Lei de Responsabilidade Fiscal – afirmou o senador César Borges (PFL-BA).

Borges lembrou que foi o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), quem afirmara que Salvador e Rio de Janeiro (ambas capitais com prefeitos do PFL) também teriam descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal e sido beneficiadas pela Medida Provisória 237, de 2005, que concedeu auxílio financeiro aos estados, municípios e Distrito Federal, com o objetivo de fomentar as exportações.

Mercadante, em resposta, informou que a medida provisória teria beneficiado 130 municípios, inclusive as cidades de Salvador e do Rio de Janeiro. Ele também se comprometeu a apresentar dados sobre o assunto na próxima reunião da comissão.

## Direção do BC vai explicar na CAE critérios da Selic

Em agosto, a Comissão de Assuntos Econômicos ouvirá o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e sete diretores, com relação aos critérios usados na definição mensal da Selic, a taxa básica de juros para títulos públicos, fixada pelo BC.

Em seu requerimento, aprovado pela comissão na semana passada, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a presença de Alexandre Antônio Tombini, Afonso Sant'Anna Bevilaqua, Antônio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Sérgio Darcy da Silva Alves, todos membros do Conselho de Política Monetária (Copom).

## FAT poderá custear curso superior para carentes

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) poderão ser usados na concessão de bolsas de ensino superior a trabalhadores de baixa renda, empregados ou não. A possibilidade está prevista no projeto (PLS 60/05) do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) aprovado na terça-feira por unanimidade, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE).

De acordo com a proposta, os recursos do FAT poderão custear, total ou parcialmente, anuidades de curso superior oferecido por entidade registrada no Ministério da Educação. Os critérios para obter a bolsa serão fixados pelo Conselho

recurso para exame do Plenário, o projeto seguirá para a Câmara.

– A utilização de recursos do FAT permitirá aos filhos de famílias mais pobres conseguir acesso ao ensino superior – afirmou Quintanilha. Para o relator, Paulo Paim (PT-RS), como caberá ao Codefat a definição dos critérios de concessão, a matéria tem mais caráter autorizativo que impositivo.

Deverá também ser enviado à Câmara substitutivo do senador Cristovam Buarque (PT-DF), aprovado em turno suplementar, ao PLS 315/04, da senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE), que torna obrigatória a inclusão, nos currículos do ensino fundamental, de conteúdo relativo aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Foi ainda aprovado o projeto da Câmara (PLC 31/05) que institui o Dia Nacional de Combate à Pobreza – a ser comemorado em 14 de dezembro, data da promulgação da emenda à Constituição que criou o Fundo de Combate à Pobreza.

A CE acolheu mais 26 projetos de decreto legislativo sobre concessões e permissões de serviços de radiodifusão.



Projeto de Quintanilha foi aprovado pela Comissão de Educação

Deliberativo do FAT (Codefat), e o trabalhador deverá prestar serviços comunitários em tempo parcial. Se não houver

## Prefeitos relatam impactos da usina de Lajeado

Os prefeitos de Palmas, Porto Nacional, Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Miracema do Tocantins e Tocantínia serão convidados a participar de audiência pública, em data a ser marcada, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, onde falarão sobre os possíveis impactos da instalação da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães no município de Lajeado (TO). O requerimento foi apresentado pelo senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), presidente do colegiado.

A comissão aprovou também seis avisos recebidos do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre auditorias realizadas em órgãos públicos, entre elas a que avaliou a qualidade das obras em escolas públicas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da

Educação (FNDE).

Fornecedores de bens e serviços poderão ficar impedidos de veicular publicidade ao consumidor que aguarda na linha telefônica o atendimento de suas solicitações, de acordo com projeto de lei de autoria do senador licenciado João Alberto Souza (PMDB-MA) que deverá ser votado em caráter terminativo pela comissão nesta semana.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apresentou emenda ao PLS 31/05, acolhida pelo relator, determinando que a proibição ocorra apenas quando as chamadas forem onerosas ao consumidor. Quer dizer: no caso do serviço 0800 – que é gratuito – será facultado ao fornecedor incluir ou não a publicidade enquanto a chamada telefônica é transferida para o atendente.

## COMISSÕES

# Emigração ilegal: CPI apura venda de ilusões

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) foi eleito, por unanimidade, presidente da CPI Mista da Emigração Ilegal, que vai apurar os crimes e delitos penais e civis praticados com a entrada irregular de brasileiros nos Estados Unidos e em outros países. A primeira reunião da comissão, que terá como vice-presidente o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) e como relator o deputado federal João Magno (PT-MG), foi agendada para as 11h desta segunda-feira e deverá contar com a participação de Glória Perez, autora da novela *América*, exibida pela Rede Globo, e da atriz Débora Secco.

A CPI foi criada a pedido de Hélio Costa e de João Magno. Com 11 senadores e 11 deputados, a comissão tem prazo inicial de 180 dias.

– Existem 23.814 brasileiros detidos por imigração ilegal nos Estados Unidos, de acordo com dados da embaixada. Minas Gerais contribui com aproximadamente 80% desses brasileiros que estão presos. A nossa preocupação é justamente investigar as causas dessa diáspora, por



Hélio Costa (D), ao lado do senador Romeu Tuma: existem pessoas aliciando e enganando jovens emigrantes

que os jovens estão saindo, e quem está aliciando e vendendo ilusões a essas pessoas – afirmou Hélio Costa.

O senador lembrou que já morreram vários brasileiros jovens na travessia da fronteira dos Estados Unidos com o México. Segundo ele, a equipe da novela *América* produziu uma ampla pesquisa sobre o tema, o que auxiliará os trabalhos da comissão.

O presidente da comissão informou que serão convidados para prestar informações à CPI

representantes da Polícia Federal e dos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores, além de autoridades de municípios das regiões leste e sul de Minas Gerais e dos estados de Santa Catarina, Rondônia e Goiás.

Na avaliação do relator da comissão, deputado João Magno, é preciso atualizar a legislação e criar mecanismos legais contra a emigração ilegal.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) saudou em Plenário o início da CPI.

## Críticas à nova Lei do Audiovisual

Os incentivos fiscais concedidos pela legislação brasileira aos distribuidores internacionais foram duramente criticados pelo presidente da Associação Brasileira de Distribuidores Independentes, Bruno Weiner, durante audiência pública na Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, requerida pelos senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que preside a subcomissão, defendeu um debate sobre a mudança do artigo 3º da Lei do Audiovisual, que permite

a distribuidores internacionais aplicar parte do Imposto de Renda devido sobre a remessa de *royalties* ao exterior na produção de filmes nacionais.

– Como está atualmente a legislação, quanto mais rica for a empresa distribuidora e mais filmes estrangeiros ela trouxer para o Brasil, mais incentivos fiscais terá – alertou Weiner.

Segundo ele, as grandes empresas internacionais acabam ocupando o espaço de exibição com o melhor dos filmes estrangeiros e nacionais. Além disso, afirmou, transfere-se para estrangeiros a decisão sobre o

que vai ou não ser produzido no país, ou mesmo a decisão de pagar o imposto e não investir, se acreditar que o cinema brasileiro estaria “produzindo demais”.

A presidente da Associação Brasileira de Empresas de Infra-Estrutura Cinematográfica e Audiovisual, Sílvia Rabello, lembrou que o setor é composto quase totalmente por empresas nacionais que geram empregos fixos. O diretor-secretário da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas, Luiz Gonzaga de Luca, pediu atenção para a pirataria de filmes e para a obrigatoriedade da meia-entrada para estudantes, que só existiria no Brasil.

Sérgio Cabral apontou que a meia-entrada ajuda a formar público e previu que a subcomissão terá muito trabalho para discutir um novo modelo para o setor. Observou ainda que existem isenções fiscais para editoras de livros, jornais e empresas de televisão.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) considerou que a audiência realçou a importância da área de infra-estrutura para o setor.



Sérgio Cabral, entre dois convidados da audiência: subcomissão pode sugerir mudanças na política formulada para o setor

## Aprovadas indicações de três embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou as indicações para embaixadores no Japão, no Congo e na Guiné-Bissau. Cada um dos diplomatas fez uma breve exposição, em sessão aberta, seguida de sabatina e votação, em sessão

secreta, na qual foram aprovadas as indicações, que ainda serão votadas em Plenário.

Flávio Roberto Bonzanini foi indicado para embaixador no Congo, em mensagem relatada pelo senador José Agripino (PFL-RN). Para a Guiné-Bissau foi aprovada

a indicação de João Batista Cruz, com voto favorável do relator *ad hoc*, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O novo embaixador brasileiro junto ao Japão será André Mattoso Maia Amado, em proposição relatada por Gerson Camata (PMDB-ES).

## Ivo Cassol nega acusações na CPI da Terra

O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB), negou as denúncias de que estaria tentando expulsar, pela força, agricultores de um assentamento no município de Alta Floresta do Oeste, com o objetivo de grilar o terreno. Entre as acusações está a de que seu filho teria metralhado o local para ameaçar os assentados. Cassol depôs na CPI Mista da Terra, presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Ivo Cassol também negou as denúncias apresentadas no dia anterior em reportagem da TV Bandeirantes, que apresentou trechos de uma gravação que mostraria o governador oferecendo R\$ 50 mil por mês ao deputado estadual Amarildo Almeida em troca de apoio político.

Segundo o governador, trata-se, na verdade, de uma “simulação”; sua intenção seria mostrar como os parlamentares de seu estado vêm atuando. Ele também declarou que a Bandeirantes deveria mostrar o vídeo completo para esclarecer o caso.

O deputado federal Anselmo de Jesus Abreu (PT-RO), um dos autores das denúncias, entregou à CPI da Terra dois CDs com gravações de áudio, nas quais estariam registrados dois encontros entre o filho do

governador, Ivo Cassol Jr., e os agricultores assentados na Gleba Massako, no município de Alta Floresta do Oeste.

Em um dos encontros, Cassol Jr. teria ameaçado os assentados e, logo em seguida, metralhado as plantações do terreno utilizando um helicóptero do governo de Rondônia. Segundo o deputado, a Gleba Massako está em uma área pública, e o governador estaria interessado em anexá-la a um terreno de propriedade de sua família.

O presidente da CPI da Terra ressaltou a necessidade de a comissão investigar as denúncias.

– Ouvimos duas versões nessa audiência. É necessário apurar o que realmente houve.

Por isso, vamos solicitar à Polícia Federal que realize uma auditoria no local – declarou Alvaro Dias, acrescentando que também serão contatados o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O governador Ivo Cassol deverá ser ouvido novamente pela comissão especial externa do Senado criada para apurar denúncias de corrupção em seu estado. A audiência está prevista para esta terça-feira, a partir das 11h30.

### CPI pedirá auditoria à Polícia Federal para esclarecer denúncia



Cassol (D), com o senador Alvaro Dias: governador e seu filho são acusados de ameaçar agricultores para depois grilar terra

## Mercosul promove debate sobre tráfego nas fronteiras

Os meios para facilitar a circulação de pessoas e veículos entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai serão debatidos em audiência pública da representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, às 10h de quinta-feira. A iniciativa do encontro é do presidente da comissão, senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Um dos principais temas a serem abordados durante a audiência diz respeito à falta de punição de infrações cometidas

por motoristas de um dos países do Mercosul que trafegam em outro dos países do bloco. Atualmente, não há como obrigar os infratores estrangeiros a pagar multas.

Foram convidados para o debate o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia; o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Alexandre Resende; e o diretor-geral substituto da Polícia Rodoviária Federal, José Altair Gomes Benites.

## COMISSÕES

# Novidade na LDO: superávit "anticíclico"

O relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, deputado Gilmar Machado (PT-MG), apresentou parecer no final desta sexta-feira, com uma novidade: ele propõe o chamado superávit primário "anticíclico", uma idéia defendida no Congresso, principalmente pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

O objetivo é permitir ao governo destinar mais dinheiro para o superávit primário (saldo entre arrecadação e despesas, sem considerar juros) se a economia crescer no ano que vem mais que 4,5%. Se o crescimento for menor, o governo poderia diminuir o superávit, deixando mais recursos para incentivar a economia.

O superávit primário continua em 4,25% do produto interno bruto (PIB), mas o Ministério da Fazenda poderá elevá-lo ou diminuí-lo em até 0,25% do PIB. Na prática, o governo fica autorizado a reservar para o pagamento de juros 4% a 4,5% do PIB. Numa situação otimista,

o governo guardaria o "excesso" de dinheiro economizado em 2006 para gastá-lo em 2007. Em uma situação de baixo crescimento em 2006, o governo gastaria menos no pagamento de juros, o que permitiria manter os seus investimentos. Detalhe: o Executivo propôs e o relator mantém em seu relatório a previsão de 4,5% no crescimento econômico no ano que vem.

O substitutivo ao projeto da LDO poderá ser votado pela

Comissão Mista de Orçamento na tarde de terça-feira. Caso isso ocorra, o Congresso poderá examiná-lo até quinta-feira. Para isso, no entanto, governo e oposição ainda têm de se entender.

A oposição está fazendo algumas exigências para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a



O senador Gilberto Mestrinho preside a Comissão Mista de Orçamento

começar por uma autorização para que a CPI dos Correios e a CPI do Mensalão (que deve ser criada na quarta-feira) funcionem normalmente durante o recesso parlamentar de julho.

Os governistas já aceitam o funcionamento da CPI dos Correios durante o recesso.



Sibá Machado (D) e Demostenes Torres acompanham depoimento de Marcos Donadon

## Deputados de Rondônia negam o recebimento de "mensalão"

Os cinco deputados estaduais que prestaram depoimento na quinta-feira à comissão especial externa do Senado que investiga denúncias de corrupção em Rondônia negaram receber uma quantia mensal de R\$ 20 mil do governador do estado, Ivo Cassol (PSDB), em troca de apoio político. Em gravações exibidas na quarta-feira pela TV Bandeirantes, o governador de Rondônia assegurou ter pago aos deputados o chamado "mensalão". O mesmo foi dito pelo deputado estadual Ronilton Capixaba (PL) em depoimento à comissão do Senado na semana anterior.

Todos os parlamentares ouvidos disseram ter interpelado judicialmente o deputado Ronilton Capixaba e informaram que devem fazer o mesmo com o governador. Em seu depoimento, o deputado estadual Beto do Trento (PSDB), que afirmou ser da base governista, admitiu já ter se reunido com Ivo Cassol na casa deste. Ele explicou ainda que depois das eleições de 2004 as relações

entre os deputados e o governo "desandaram".

O deputado Everton Leone disse que, por estar há 12 anos no PSDB e ser um dos três deputados da base do governo, não teria por que receber R\$ 20 mil mensais. Apesar de ter sido citado por Ivo Cassol, Leone garantiu que não irá romper politicamente com o governador, mas buscará reparação judicial. Sua preocupação é também, observou, buscar a governabilidade no estado.

O ex-deputado Expedito Júnior, hoje presidente regional do PSDB de Rondônia, declarou que não indicou ninguém do partido para assumir cargos no governo estadual. Ele negou ter feito intermediações entre o governador e os deputados para pagamento do "mensalão".

Ao mencionar processo judicial em que o deputado estadual Marcos Donadon é acusado de formação de quadrilha, o senador Sibá Machado (PT-AC), que presidiu a reunião, assinalou que a comissão irá pedir cópia do processo judicial. Marcos

Donadon afirmou que não soube de informações sobre a compra de votos de deputados para a reeleição do atual presidente da Assembleia Legislativa, Carlão de Oliveira.

O último a depor, deputado Neodi de Oliveira, disse ter telefonado para o governador Ivo Cassol assim que soube das gravações exibidas na TV Bandeirantes. Segundo ele, Cassol negou tê-lo acusado de receber os R\$ 20 mil mensais.

### Novos depoimentos ainda esta semana

A comissão ouvirá nesta terça-feira outros dois deputados estaduais acusados de receber o "mensalão": Renato Veloso e Haroldo Santos. Por sugestão de Sibá Machado, será feita uma acareação com o ex-deputado Expedito Júnior, o deputado Ronilton Capixaba e Aires do Amaral - dono de uma empresa prestadora de serviço ao governo estadual, que teria cargos desativados para que seus recursos fossem usados para pagar o "mensalão".

## Tourinho admite mudar PEC Paralela

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) vai apresentar nesta quarta-feira à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu parecer sobre a emenda "paralela" da Previdência (PEC 77A/03). Ele se mostrou sensibilizado com o apelo de 20 governadores contra uma modificação feita na PEC pelos deputados, a qual submete os salários dos delegados de polícia, advogados e agentes fiscais dos estados ao teto salarial do Poder Judiciário, e não ao dos governadores.

Os governadores afirmaram ao relator que a alteração colocará em risco as finanças estaduais. A própria PEC Paralela determina que, nos estados, nenhum servidor do Executivo poderá ganhar mais que o governador.

Já o teto do Judiciário estadual está vinculado ao maior salário possível no serviço público brasileiro - o de ministro do Supremo Tribunal Federal, fixado em R\$ 19.115. Se aprovada a mudança feita pelos deputados, os delegados, os advogados e os agentes fiscais dos estados teriam um teto de R\$ 17.251. Entre os governadores que fizeram pedidos contra a mudança estão Geraldo Alckmin (SP), Aécio Neves (MG), Germano

Rigotto (RS), Lúcio Alcântara (CE), Paulo Souto (BA) e Jarbas Vasconcelos (PE).

Também se declararam contra o benefício entidades como o Conselho Nacional dos Dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev) e o Conselho Nacional dos Secretários de Administração (Consad). Este argumenta que as alterações feitas pelos deputados "praticamente extinguem o ganho fiscal que os regimes próprios de previdência conseguiram com a aprovação da reforma previdenciária de 2003".

A PEC Paralela foi criada no fim de 2003 para receber as mudanças que os senadores exigiam fazer na reforma da Previdência, especialmente

o retorno de alguns benefícios do funcionalismo retirados pelos deputados. Com ela, os senadores aprovaram à época a reforma previdenciária sem mexer no texto dos deputados, o que permitiu sua promulgação no fim de dezembro de 2003. A PEC Paralela, por sua vez, foi enviada ao exame dos deputados em janeiro de 2004, tendo retornado ao Senado há poucos meses. Ela voltou à análise dos senadores porque os deputados modificaram o seu conteúdo.

## Paim elogia acordo para examinar logo a proposta

O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a assinalar em Plenário, na quarta-feira, o acordo entre líderes do governo e oposição para votação da PEC Paralela. O entendimento construído em torno da matéria motivou Paim a apresentar requerimento de urgência para sua votação antes do início do recesso parlamentar.

Segundo o petista, o relator da PEC na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), já estaria com o parecer pronto para apresentação em Plenário. A expectativa de Paim é de que nesta semana seja votada a proposta, que trata de subteto de vencimentos entre ativos e inativos; aposentadoria da dona-de-casa; e isenção de contribuição para inativos portadores de doenças incapacitantes.

Após apartes dos senadores pefelistas Efraim Moraes (PB) e José Jorge (PE), Paulo Paim elogiou a posição do PFL, favorável à aprovação da PEC Paralela. O petista assegurou ainda, depois de comentário de José Jorge, que os movimentos

sociais estão unidos na defesa do combate à corrupção, da governabilidade e da ética.

Outras duas questões foram abordadas por Paim. Em primeiro lugar, ressaltou a importância de a sociedade se mobilizar pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial até 16 de novembro. Em seguida, destacou projeto de lei (PLS 181/01), do senador Romeu Tuma (PFL-SP), prestes a ser sancionado pelo presidente da República, que garante ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer com cão-guia em veículos e estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo.



Paulo Paim apresentou requerimento de urgência para exame da emenda

## PLENÁRIO



Paulo Paim classificou movimento como legítimo e lembrou luta de militares e aposentados

## Paim apóia greve de servidores federais

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário o movimento grevista dos funcionários públicos federais como um “direito legítimo dos trabalhadores de forçar um processo em busca dos seus direitos”. Para o parlamentar, é preciso “olhar com carinho também” o movimento das mulheres dos militares, que visam aumentar o soldo dos seus maridos, e o movimento dos aposentados e pensionistas, cujos salários já acumulam defasagem de mais de 60%.

– Ninguém faz greve porque gosta. É um movimento natural no processo democrático do sistema capitalista, que visa pressionar o governo na busca de entendimento. Todos temos compromisso com esse avanço. Conseguimos fazer com que o

salário mínimo ultrapasse os US\$ 100, mas se o ideal é que ele chegue aos US\$ 500, vamos continuar trabalhando para isso e para que a economia pague, com tranquilidade, seus assalariados. Se o povo tem poder de compra, vai estimular a economia a gerar mais emprego. Essa é a bandeira do salário mínimo, cravada na mente, na alma e no coração do povo brasileiro – afirmou.

### Sentença favorável aos quilombolas

Paim pediu também a transcrição, nos Anais do Senado, da decisão do juiz federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, que garantiu a posse aos “legítimos ocupantes” de uma área no bairro de Três Figueiras. O local, conhe-

cido como Associação Comunitária do Quilombo da Família Silva, é ocupado, há mais de 60 anos, por 11 famílias remanescentes de quilombos.

Paim lembrou que, na quarta-feira, foi publicada no *Diário Oficial* da União portaria do Inbra aprovando as conclusões do relatório técnico que fez todo levantamento fundiário do Quilombo Silva. Segundo o parlamentar, trata-se de um importante passo que o governo federal dá para o reconhecimento do primeiro quilombo urbano no Brasil.

– É o início de uma importante decisão histórica. O juiz garantiu, com sua justa e imparcial decisão, a proteção jurisdicional ao patrimônio cultural brasileiro, fazendo-nos acreditar na Justiça brasileira e na sua função de aplicar o Direito – afirmou.

### Motta acusa Cade de tentar prejudicar a fábrica Garoto

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) citou a imprensa para informar que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) está tentando derrubar liminar da Justiça do Espírito Santo que permite o funcionamento da fábrica de chocolates Garoto, que, mais de dois anos após a venda da indústria à Nestlé, viu a negociação vetada por uma decisão do colegiado. A Garoto detém cerca de 80% do mercado nacional de chocolates e gera centenas de empregos no estado, disse Motta, para quem é incompreensível a intenção do Cade de atrair uma empresa que atua no Brasil eficientemente.

– Torço para que a Justiça dê ganho de causa ao Cade, tirando a empresa de um grupo suíço e colocando-a nas mãos de americanos, para ver até onde vai o interesse do Cade. Por certo, chegaremos a mais uma CPI – observou.



Segundo Malta, senadores ficaram sabendo da solenidade pela imprensa

### Magno Malta protesta contra descaso com a base do governo

O senador Magno Malta (PL-ES) protestou contra o que considerou descaso de alguns ministros para com os parlamentares da base do governo. Ele deu o exemplo da bancada federal capixaba, que nem sequer teria sido comunicada sobre a solenidade de assinatura da criação de sete cursos no *campus* universitário de São Mateus. Segundo ele, senadores e deputados ficaram sabendo do fato pela imprensa.

### Cúpula árabe trará benefícios ao Brasil, prevê Paulo Octávio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou um balanço da Cúpula América do Sul-Países Árabes, realizada em Brasília no mês passado, evento que “abriu um leque de perspectivas otimistas, poderá elevar os valores da balança comercial brasileira e aumentar o fluxo de turistas estrangeiros ao território brasileiro”.

– A cúpula pautou-se na redescoberta recíproca de regiões de afinidades históricas, com um vasto potencial que ainda pode ser explorado no campo das relações bilaterais – disse o senador.

Paulo Octávio relatou que os países árabes importam anualmente US\$ 120 bilhões em produtos originários de vários países, dos quais cerca de US\$ 8,1 bilhões do Brasil – principalmente trigo, açúcar, frango, carne bovina e minério de ferro –, cifra que pode atingir US\$ 15 bilhões nos próximos três meses, segundo projeções do governo federal.

## Pavan defende auxílio do governo aos arrozeiros

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) reiterou ao governo federal pedido de providências imediatas para socorrer os produtores de arroz, principalmente os de Santa Catarina, prejudicados pelo clima e pelo excesso de oferta no mercado interno (o que reduz o preço do produto).

– O governo prometeu comprar o arroz dos produtores, mas por um preço muito abaixo do mercado (R\$ 9 a saca), sem negociação. Isso é

uma afronta aos agricultores, que confiaram nas palavras do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva – disse o senador.

Leonel Pavan também pediu ao governo que renegocie as dívidas contraídas em bancos oficiais não somente por arrozeiros, mas por outros produtores catarinenses – em especial os micro e pequenos – e defendeu incentivos e mais investimentos para todo o setor.

## Suplicy cobra presença de Meirelles para explicar juros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se disse convicto de que o presidente Henrique Meirelles e todos os diretores do Banco Central comparecerão, no início de agosto, à Comissão de Assuntos Econômicos para prestar esclarecimentos sobre os critérios usados para definição mensal da taxa de juros básica Selic.

A CAE já aprovou requerimento de Suplicy neste sentido, em que o senador citou declarações do próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, favorável ao comparecimento dos dirigentes do Banco Central. Assim, afir-

mou, o governo garantiria maior transparência às decisões.

Suplicy também defendeu ampla divulgação das reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), para melhor esclarecer a opinião pública sobre os detalhes da política monetária e a evolução da economia no país.

O senador informou ao Plenário que os participantes de seminário internacional sobre políticas contra a fome na Alemanha aplaudiram o programa Fome Zero e a decisão do governo de instituir a chamada Renda Básica de Cidadania.

## Agricultura familiar espera por verbas, diz Ana Júlia

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) cobrou o repasse de verbas, pelo governo paraense, para o término de projeto de consolidação da agricultura familiar e combate ao desmatamento no oeste do estado.

Acordo assinado há dois anos previa o repasse de verbas pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (R\$ 11 milhões) e outros R\$ 7 milhões pela Secretaria Estadual de Educação. De acordo com a senadora, nenhum centavo para a conclusão das obras, que irão beneficiar 12 municípios, foi liberado.

– O BNDES vem cumprindo o acordo e já repassou cerca de R\$ 3 milhões. Mas a Secretaria de Educação do Pará até agora



Ana Júlia informou que o BNDES liberou recursos, mas falta a contrapartida do Pará

não repassou a sua parte, que seria usada para o pagamento dos monitores que orientam as famílias de produtores rurais, prejudicando o andamento do trabalho – disse Ana Júlia.

## Antônio Leite pede hospital de câncer em Imperatriz

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) apelou ao Ministério da Saúde para que garanta o repasse das verbas necessárias à construção de um hospital do câncer em Imperatriz (MA), e que prorrogue o prazo de vencimento do protocolo de intenções que prevê a implantação da obra. Segundo ele, as autoridades ainda não cumpriram as recomendações técnicas feitas há dois anos pelo Instituto Nacional do Câncer (Inca), enquanto a população do sul do estado sofre com a inexistência de um centro especializado no tratamento da

doença na região.

Segundo o senador, é urgente a construção de mais um centro de tratamento do câncer, pois a única unidade existente no estado – o Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon) de São Luís – vive congestionada pela alta demanda e não tem condições de atender todos os doentes. Antônio Leite acrescentou que os hospitais e centros de saúde do interior não têm boas instalações nem pessoal qualificado e são evitados pelos pacientes, “por temerem orientações e terapias erradas”.



## PLENÁRIO

## Lobão defende estado do Maranhão do Sul

A criação de uma nova unidade da Federação a partir da cisão do Maranhão – o chamado estado do Maranhão do Sul – foi apoiada pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Com 120 mil quilômetros quadrados e cerca de 1 milhão de habitantes, o novo estado seria o quinto maior da região Nordeste, com 49 municípios, informou o senador.

Segundo Lobão, na nova unidade teria início a Ferrovia Norte-Sul, que interligará as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste,

resultando em importante opção logística para o escoamento da produção nacional e até mesmo internacional.

Além da Ferrovia Norte-Sul, que interligará rodovias estaduais e federais, o transporte fluvial pelos rios Tocantins e Araguaia vai possibilitar maior desenvolvimento econômico e geração de empregos na região, destacou. Lobão lembrou, ainda, que o sul do Maranhão tem potencial energético suficiente para abrigar investimentos de grande porte.

### Wirlande da Luz critica apologia ao uso de drogas

O senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) criticou declarações dadas à imprensa por artistas, jogadores de futebol e outras celebridades e até por um ministro do governo Luiz Inácio Lula da Silva de que já experimentaram drogas, como a maconha. Para o senador, tais afirmações representam “um horror”, principalmente para a juventude, que, em geral, se espelha em figuras públicas.

Ele foi apoiado, em aparte, por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Wirlande da Luz fez o comentário ao registrar a realização da 7ª Semana Nacional Antidrogas, aberta na terça-feira, no Palácio do Planalto.

### Maciel enaltece livro sobre a doutrina social da Igreja

O livro *A Doutrina Social da Igreja*, lançado esta semana pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi elogiado pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) na sexta-feira. Na opinião do senador, a obra é uma importante contribuição para o país e para o mundo e, particularmente, para a classe política, já que aborda temas como o fortalecimento da chamada democracia representativa.

– Trata-se de um livro sem precedentes na história da Igreja, uma vez que mostra a realidade social e política universal sem qualquer conotação partidária ou religiosa – salientou Maciel, ao informar que o conteúdo da obra é fruto de um longo trabalho realizado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz da Igreja Católica.

## Empresas descumprem o Estatuto do Idoso, protesta Paim

O senador Paulo Paim (PT-RS) protestou contra empresas de transporte coletivo que não estariam cumprindo dispositivo do Estatuto do Idoso que assegura a gratuidade do transporte em ônibus e metrô urbanos. Segundo ele, até mesmo deficientes físicos, que também têm direito ao transporte gratuito, estariam sendo vítimas de preconceito.

Ao comentar protestos realizados em vários municípios do Rio de Janeiro, o senador fez questão de dizer que não defende “quebra-quebra”, mas incentiva a defesa estrita dos direitos tanto dos idosos quanto dos deficientes.

No mesmo discurso, Paim apresentou voto de pesar pelo falecimento do jornalista Ubirajara Valdez, da Rede Bandeirantes.

## Mesquita Júnior divulga suspeita de irregularidades no Acre

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) registrou reportagem publicada na sexta-feira no jornal *Folha de S. Paulo*, de autoria dos repórteres Fernando Rodrigues e Fernando Canzian, com o título “Publicidade do Acre fere Lei de Licitações”. A matéria informa que há suspeitas de irregularidades no setor de publicidade do governo do Acre, estado administrado por Jorge Viana desde 1999.

Segundo o jornal, Viana já

teria autorizado 13 aditamentos a um contrato de publicidade com uma empresa de Belo Horizonte – a Asa Comunicação –, em vigor há cinco anos. De acordo com o senador, a empresa tem ligações com o publicitário Marcos Valério, empresário acusado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser o operador do “mensalão”.

– Hoje, fatos dessa natureza são censurados no Acre – observou Mesquita Júnior.

# Lula respondeu à altura a denúncias de corrupção, diz Ideli

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em pronunciamento na noite da quinta-feira, em cadeia nacional de rádio e televisão, soube responder à altura e com a tranqüilidade necessária às denúncias de corrupção. A opinião é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). De acordo com ela, isso é resultado do momento positivo pelo qual passa o Brasil, um país, observou, que voltou a crescer e a gerar empregos, criando condições para a continuidade de uma política de inclusão social e de oportunidades para a população.

Para Ideli, Lula foi convincente e sincero quando sustentou que nunca houve tantas ações da Polícia Federal, prisões e desbaratamento de quadrilhas no país como agora. A senadora acrescentou que a tranqüilidade que o presidente passou é a mesma que os integrantes do PT têm que ter.

Ao anunciar o falecimento de sua mãe na semana, Ideli comentou que foi com ela que aprendeu a ter responsabilidade “com as tarefas que a gente assume”. Segundo a senadora, neste momento o país precisa da responsabilidade de todos.



Na opinião de Ideli, o presidente foi convincente quando disse que nunca houve tantas ações contra a corrupção no país

Sobre a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios, Ideli assegurou que os trabalhos estão sendo “bastante profícuos”, principalmente porque os depoimentos estão demonstrando que “a corrupção está encruada na máquina pública”.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que o presidente disse o que tinha que dizer em seu discurso, procurando dialogar com todos, inclusive com a oposição. Já o líder do PSDB no Senado,

Arthur Virgílio Neto (AM), classificou o pronunciamento de “repetitivo”. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou o pronunciamento “frustrante”. Para ele, o discurso revelou um “viés autoritário” e uma incapacidade para o exercício da autoridade.

Decepção foi também o sentimento do líder da minoria, José Jorge (PFL-PE), ao comentar a fala do presidente. Conforme observou, Lula utilizou um espaço nobre e não anunciou medidas para resolver as crises.

## José Jorge quer checar contratos

O senador José Jorge (PFL-PE) apresentou cópia de representação encaminhada ao Tribunal de Contas da União (TCU), em que solicita apuração de licitação e execução de contratos de publicidade firmados entre os ministérios do Trabalho e Emprego e do Esporte, a Câmara dos Deputados, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil e o Banco do Brasil com a DNA Propaganda e a SMP&B Comunicação. As empresas têm como sócio o empresário Marcos Valério, envolvido nas denúncias de corrupção sobre o suposto pagamento de “mensalão”.

José Jorge argumenta que a imprensa tem divulgado o



José Jorge pede que contrato com empresa de Marcos Valério seja apurado

envolvimento das empresas citadas em operações suspeitas após o ano de 2003, quando foram contratadas por órgãos da administração pública federal. Segundo as informações, só o Banco do Brasil teve gastos em publicidade, em

2004, 71% superiores aos valores do ano anterior. Deste montante, um terço foi destinado à DNA Propaganda.

Em licitação do banco, explica o senador, a SMP&B Comunicação venceu pelo critério da melhor técnica. A concorrente Artplan havia proposto o menor preço, “mas foi oferecida à empresa do senhor Marcos Valério a oportunidade de declarar que poderia executar os serviços da primeira colocada, o que permite supor concessão de privilégio a um dos concorrentes”.

## Augusto: demarcação de reserva põe país em risco

A demarcação de forma contínua da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, poderá tornar o Brasil vulnerável a um eventual conflito entre a Venezuela e a Guiana, advertiu o senador Augusto Botelho (PDT-RR). Ele criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter tomado, em sua opinião, uma decisão contrária ao desejo da maioria da população do estado.

– Nossa fronteira ficou des-

guardada e, no dia em que o presidente Hugo Chávez resolver invadir a Guiana, vai acabar sobrando para nós – advertiu.

Augusto Botelho disse ter ingressado no Supremo Tribunal Federal com uma ação popular contra a demarcação de forma contínua, com pedido de efeito suspensivo. Ele criticou ainda a expulsão de produtores rurais, por aumentar a possibilidade de êxodo rural.

De acordo com ele, a reserva representa 10% do território de Roraima e equivale a três vezes a área do DF. Ali, como informou, vivem 15 mil índios de cinco etnias. A expulsão dos agricultores desestimulará outros empresários a investir no estado, por causa do “quadro de insegurança” local, previu.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) solidarizou-se com Augusto Botelho.

## PLENÁRIO

# Governo atrasa ajuda a jovens, diz Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou o governo federal pela insistência em vincular a Secretaria Nacional da Juventude à Secretaria Geral da Presidência da República, o que pode atrasar sua instalação em até um ano. Para ela, o governo ignorou a sugestão da oposição de vinculá-la ao Ministério do Desenvolvimento Social.

A senadora lembrou a aprovação do ProJovem – programa que pretende garantir auxílio financeiro a jovens de baixa renda que não concluíram o ensino fundamental –, do qual foi relatora. Lúcia Vânia afirmou que, apesar das inúmeras ressalvas ao projeto, obteve a boa vontade de seus colegas da oposição para que não fosse feita nenhuma emenda que retardasse sua aprovação.

– O programa já havia sido iniciado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, por meio do projeto Agente Jovem. Bastava



Lúcia Vânia lembra que o ProJovem já havia sido iniciado pelo governo federal, bastando destinar verbas e continuar o programa

colocar algum dinheiro e tocar o projeto adiante, em parceria com os municípios – salientou a senadora.

## Crise política não deve paralisar Congresso

Lúcia Vânia considerou graves as acusações de Maurício Mari-

nho, ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Materiais da Empresa de Correios e Telégrafos. Segundo a senadora, está sendo feito um “trabalho sobre-humano” para que o Congresso investigue as denúncias de corrupção sem deixar de votar projetos importantes

# Alberto Silva aconselha Lula a agir

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) conclamou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a assumir o comando do país. Ele lembrou que Lula foi eleito com mais de 50 milhões de votos, frisando que os brasileiros “não podem descrever do presidente”. Na opinião do senador, o maior problema do Brasil não é a corrupção, nem a reforma política, mas o desemprego e a falta de segurança e de educação.

– O país está estarelecido porque não está vendo o timoneiro. O presidente Lula tem, no Parlamento, homens dispostos a ajudá-lo. Este é o momento de o Congresso parar e se perguntar qual é a sua responsabilidade. Vamos ao cerne da questão, o desemprego, e teremos sugestões a dar – comentou o senador.

Segundo Alberto Silva, uma das soluções apontadas para o problema do desemprego é a ampliação do programa do



Alberto Silva convida o Congresso a propor soluções para reduzir o desemprego no país

biodiesel, desde que este não repita o Proálcool, que acabou transformando lavradores em bóias-frias. Ele citou como exemplo um projeto que está sendo implantado no município de Parnaíba (PI), onde o Banco do Nordeste irá financiar o plantio de mamona e feijão.

O banco deverá liberar R\$ 250 por mês aos lavradores, que poderão alimentar a família enquanto plantam, o que não vem acontecendo com os projetos financiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O senador também informou que os lavradores se uniram em uma associação com 1.500 participantes e que, no fim do plantio, terão uma renda de R\$ 700 a R\$ 800 por mês.

Alberto Silva tratou ainda do problema da educação no Brasil. Ele disse que o governo deveria dar prioridade ao atendimento às crianças entre dois e seis anos, cuja maioria não tem acesso ao ensino e nem recebe diariamente a merenda, o que prejudica seu desenvolvimento e aprendizado.

## Ana Júlia defende Lula e destaca conquistas do cooperativismo

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) fez em Plenário a defesa do governo, usando as palavras do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que, em discurso em Luziânia (GO), disse que, “se as pessoas querem combater a corrupção, deveriam estar aplaudindo as iniciativas deste governo”. Lula afirmou que nenhum governo na história republicana fez 20% do que o governo atual vem fazendo para combater a corrupção. O presidente discursou no Congresso de Cooperativas de Agricultura Familiar.

Ana Júlia destacou, no discurso de Lula, a importância da solidariedade para superar obstáculos políticos e econômicos que mantêm a população afastada dos benefícios sociais.

A senadora apresentou dados sobre a expansão do cooperativismo e da economia solidária, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, informando que os resultados do trabalho das cooperativas são 20% superiores aos daqueles que atuam isoladamente. Esse trabalho, explicou, vem sendo realizado por meio de um “diálogo franco, consistente e amplo” com os diversos movimentos sociais, como os assentamentos da reforma agrária e as comunidades das periferias das grandes cidades.

## Ney Suassuna exalta a tradição das festas juninas no Nordeste

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) exaltou as festas de São João realizadas durante os meses de junho e julho em todo o país, especialmente na região Nordeste. Suassuna, nascido em Campina Grande (PB), destacou que essa cidade promove “o maior São João do mundo”, que, este ano, vai de 3 de junho até 3 de julho. O senador desejou a todos os nordestinos, em especial, e a todos os brasileiros felicidades nas festas.

## Mão Santa vê "crescimento do espetáculo"

Em vez do espetáculo do crescimento prometido pelo presidente, o país vem experimentando, segundo o senador Mão Santa (PMDB-PI), o crescimento do espetáculo, uma sucessão de episódios negativos que atribuiu ao governo petista. O parlamentar citou o “espetáculo do desemprego”, que afeta 20,6% da população economicamente ativa; da concentração de renda; do empreguismo, com a nomeação de mais de 20 mil petistas; do arrocho e do descaso; do aumento da carga tributária; da humilhação e perseguição aos idosos; da corrupção; e da falta de ética.

## Nezinho propõe federalização de duas faculdades

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) sugeriu que as instituições de ensino superior dos municípios de Guaraí e Colinas, ambos do estado do Tocantins, sejam federalizadas. Ele argumentou que, sem a medida, os alunos não poderão frequentar essas faculdades, por causa do preço das mensalidades. – Eles não têm condições de pagar entre R\$ 300 e R\$ 500 por mês. Um curso de Direito chega a custar R\$ 800 mensais – afirmou. O parlamentar contou que as faculdades desses municípios eram vinculadas à Universidade do Tocantins, que é pública e estadual, mas isso mudou quando o governo concentrou os cursos na capital, Palmas, o que levou à municipalização das instituições daqueles municípios.

## Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu a visita do chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, Edmund Ho. Estava presente também o senador Cristovam Buarque (PT-DF), que preside a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

## Curtas

**LEGITIMIDADE** - O presidente Renan Calheiros defendeu o restabelecimento do respeito, da credibilidade e da legitimidade da atividade parlamentar, durante encontro com o presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), deputado José Távora.

**POSSE NO RIO** - O senador Renan Calheiros viajou ao Rio de Janeiro para assistir, na sexta-feira, à posse do empresário Olavo Monteiro de Carvalho na presidência da associação comercial do estado. O evento ocorreu no Teatro Municipal. Acompanhou-o o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

## Votos de pesar por Paulo Afonso

O presidente Renan Calheiros disse que o falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira, ex-secretário-geral da Câmara e ex-ministro do TCU, vai deixar saudade, ressaltando que ele é um exemplo a ser seguido no serviço público. O Plenário aprovou voto de pesar pela morte do ex-servidor da Câmara, que ingressou na Casa na Constituinte de 1946 e foi secretário-geral entre 1965 e 1987. O sepultamento ocorreu no cemitério Campo da Esperança, em Brasília. Renan disse que Paulo Afonso sempre se destacou pela dedicação, experiência,

serenidade, aplicação dos princípios democráticos, pelo equilíbrio e zelo na gestão da coisa pública em todas as funções exercidas, inclusive quando esteve à frente da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça durante sua gestão. Outros senadores também se associaram à homenagem, como Heráclito Fortes (PFL-PI), Marco Maciel (PFL-PE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Edison Lobão (PFL-MA), Maguito Vilela (PMDB-GO) e Tião Viana (PT-AC).

## PLENÁRIO

## Mozarildo quer integração maior com a Venezuela

Ao registrar que nesta segunda e terça-feira ocorre em Santa Elena, na Venezuela, a 7ª Reunião Binacional do Grupo de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela-Brasil, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-



Mozarildo Cavalcanti

RR) cobrou uma efetiva política de integração entre Roraima e o país vizinho.

Segundo Mozarildo, enquanto as relações entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez estão boas, e entre os produtores dos gran-

des centros brasileiro e venezuelano também, a situação em Roraima, estado que faz fronteira com a Venezuela, é completamente diferente.

– Vivemos nos retaliando. A complicação inclui até funcionários da Polícia Federal, da Receita Federal e da Agência de Vigilância Sanitária. O Brasil dificulta de um lado, do outro, a complicação vem da Venezuela – afirmou Mozarildo, informando que a fronteira brasileira não funciona oficialmente após as 22h.

## Suplicy apela ao presidente por brasileiro seqüestrado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva mais empenho do governo na libertação do engenheiro da construtora Odebrecht, João José de Vasconcelos Jr., seqüestrado em janeiro no Iraque. Não se sabe se ele ainda está vivo.

Suplicy encaminhou ao pre-

sidente carta da irmã do engenheiro, Isabel Vasconcelos, que estaria pedindo uma audiência com Lula.

– A família observou que o empenho pessoal de chefes de Estado, como os da França, Itália, Japão e Iraque, tem sido fator muito importante para a libertação de reféns.

## Heráclito afirma que governo manipula fundos de pensão

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) citou em Plenário a reportagem "Operação Chapa-Branca", publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, que levanta a suspeita de intervenção dos fundos de pensão público no mercado de ações para garantir uma "normalidade" nos negócios e barrar a fuga de investidores estrangeiros.

## Antônio Leite denuncia abandono das estradas federais

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) denunciou o estado de abandono em que se encontram as estradas federais e estaduais no Maranhão. Preocupado com as crescentes perdas humanas e econômicas registradas, o parlamentar fez um apelo ao Ministério dos Transportes e ao governo do Maranhão pela recuperação da malha rodoviária.

# Flexa Ribeiro elogia esforço da oposição

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a postura da bancada governista na votação do projeto de lei de conversão originado da Medida Provisória 239, há duas semanas. Ele atribuiu aos líderes da oposição a aprovação da proposta, que visava impedir o desmatamento em áreas sob estudo para possível transformação em unidades de conservação.

– A aprovação era de interesse do governo, que, no entanto, demonstrou pouco esforço ou não soube, em sua soberba, caracterizar a importância da aprovação da MP, que caducaria na segunda-feira passada – ressaltou o senador.

Flexa Ribeiro, que foi o relator

do projeto, disse que, na ocasião, buscou criar um consenso para aprovar o texto integral proveniente da Câmara.

O senador enalteceu o trabalho da bancada do PFL, "cuja posição foi significativa para reconhecer a relevância e importância da matéria", enquanto que a maioria "deveria estar em algum lugar, menos nos Plenários, maquinando esquemas para sufocar as minorias".

– A matéria não foi adiada



CÉLIO AZEVEDO

Segundo Flexa Ribeiro, oposição mostra responsabilidade com futuro do país

porque houve muito empenho. Não da liderança do governo. O grande artífice que nos conduziu à votação foi a bancada da oposição – avaliou.

## Prisão equivocada revolta Virgílio

Em nome do PSDB, o senador Arthur Virgílio Neto (AM) protestou contra a prisão equivocada, em Cuiabá, do

diretor de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Antônio Carlos Hummel, liberado depois de quatro dias pela Polícia Federal por nada haver contra ele. O pedido equivocado de prisão foi feito pelo procurador Mário Lúcio Avelar, dentro da chamada Operação Curupira, que prendeu mais de 80 pessoas por irregularidades na liberação de

áreas de desmatamento para madeiras.

A notícia do erro do procurador e da Polícia Federal saiu na coluna do jornalista Elio Gaspari de quarta-feira em vários jornais. Virgílio pediu a transcrição da coluna nos Anais do Senado e considerou a prisão um erro "brutal", uma "violência arrepiante".

– Gostaria de fazer esse reparo e manifestar a solidariedade

do PSDB ao diretor Hummel. Numa hora grave como a que

vivemos não podemos permitir que pisoteiem sobre a reputação de pessoas inocentes – manifestou.

**Senador diz que diretor do Ibama foi solto sem receber a menor satisfação**

Conforme o jornalista Elio Gaspari, o diretor Antônio Carlos Hummel, "50

anos, 23 de serviço público, dois filhos, um apartamento de três quartos e dois carros Gol", foi libertado sem receber a menor satisfação.

**PÓLO GÁS-QUÍMICO** – O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) saudou a inauguração, na quinta-feira, do Pólo Gás-Químico do estado do Rio de Janeiro, uma parceria de empresas privadas e estatais, inclusive a Petrobras, que irá gerar centenas de empregos na Baixada Fluminense.

**DIREITOS HUMANOS** – O líder do bloco da minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), protestou contra atraso na realização da última reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos, do qual é membro nato, presidido pelo ministro Nilmário Miranda.

### Projetos

#### Datas para lembrar Machado de Assis e o teste do pezinho

Projeto (PLS 187/05) de Marco Maciel (PFL-PE) institui 2008 como o Ano Nacional Machado de Assis, em celebração ao centenário da morte desse "modelo de cidadão e escritor". Outra data comemorativa foi proposta por Flávio Arns (PT-PR), que apresentou projeto (PLS 190/05) para instituir 6 de junho como o Dia Nacional do Teste do Pezinho. O objetivo é conscientizar a população para a importância do exame, também chamado de triagem neonatal. O teste diagnostica a fenilcetonúria e o hipotireoidismo congênito, permitindo o tratamento precoce dessas patologias, que podem causar deficiência mental se não começarem a ser tratadas nas primeiras semanas de vida do bebê.

#### Suspensão da merenda poderá ser crime de responsabilidade

Cristovam Buarque (PT-DF) propôs (PLS 182/05) definir como crime de responsabilidade de prefeitos a aplicação

indevida de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar que implique suspensão da merenda nas escolas.

#### Redução do IPI para veículos econômicos

Proposta (PLS 189/05) do senador João Alberto Souza (PMDB-MA), em licença de saúde, altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para reduzir alíquotas de veículos automotores de baixo consumo de combustível.

Apresentado pelo senador Hélio Costa (PMDB-MG), o PLS 188/05 obriga as empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público a mostrarem a relação de seus membros, sócios ou associados à concedente ou permitente.

#### Reajuste de benefícios de acordo com o salário mínimo

Para estabelecer que os benefícios da Previdência sejam reajustados com o mesmo percentual aplicado ao salário mínimo, Serys Slhessarenko (PT-MT) apresentou o Projeto de Lei 183/05. Já proposta (PLS 186/05) de Antero Paes de Barros (PSDB-MT) modifica o Código de Processo Civil, para permitir a estabilização da tutela antecipada.

#### Alvaro Dias propõe criação do Programa Social da Habitação

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou projeto (PLS 180/05) que institui o Programa Social da Habitação, destinado ao atendimento de mutuários com renda de até dez salários mínimos mensais. A proposta prevê isenção de juros por três a cinco anos; após esse período, a taxa máxima seria de 10% ao ano. O valor da prestação seria sempre equivalente a 30% da renda líquida do mutuário. Ele também apresentou proposta (PLS 181/05) autorizando o Executivo a criar o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu (Funref).

#### Iniciativa popular sem restrição quanto ao assunto

Para evitar questionamentos quanto à constitucionalidade de projetos de lei de iniciativa popular que tratem de matéria de competência legislativa privativa, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apresentou proposição (PLS 185/05) que altera a redação da Lei 9.709/98, acrescentando que essa iniciativa não terá restrição de matéria.

## PLENÁRIO

# Tião Viana pede luta contra a hanseníase

Ao dizer que o Brasil é o país com o maior número de casos de hanseníase no mundo, o senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo para que o Ministério da Saúde assuma o combate à doença como prioridade, instalando uma força-tarefa para sua eliminação. O parlamentar ressaltou que, atualmente, todos os instrumentos necessários estão disponíveis, faltando apenas a decisão política e a ação dos governos municipais, estaduais e federal de envolver a sociedade na luta contra a hanseníase.

– O tratamento é simples, obtendo-se a cura, em alguns casos, em seis meses. Essa doença órfã está esquecida. Precisamos nos livrar de uma enfermidade que só faz aumentar preconceitos e incômodos no dia-a-dia, sobretudo das famílias pobres – disse o senador.

Segundo informou Tião Viana, 12 milhões de pessoas com a doença já foram tratadas no Brasil e consideradas curadas.

No entanto, 165 municípios brasileiros são focos da doença, espalhando-a de forma descontrolada. Para o senador, uma ação de diagnóstico e acompanhamento da população, seguida de um plano de comunicação levaria a um controle e à meta de alcançar o índice de menos de um caso em cada 10 mil habitantes – alcançada apenas na região Sul. Ainda há cerca de 10,7 casos/10 mil habitantes na região Norte.

Tião Viana lembrou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estabeleceu como objetivo a eliminação da hanseníase no Brasil em 2000. A meta foi redesenhada e a data de erradicação ficou para 2005, mas informações oficiais dão conta de que também não será possível cumprir esse objetivo, acrescentou.

Marco Maciel (PFL-PE) e Mão



JANE ARAÚJO

**Meta de erradicar hanseníase até 2005 pode não ser cumprida, diz Tião Viana**

Santa (PMDB-PI) apartearam o discurso do senador Tião Viana, chamando a atenção para os preconceitos ainda fortes e o avanço médico da década de 40 no tratamento da hanseníase, que evitou as deformidades decorrentes da doença.

## Mozarildo teme epidemia de dengue em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que Roraima já enfrenta uma epidemia de dengue, especialmente a capital, Boa Vista. Lembrando sua condição de médico, criticou as autoridades locais, que não estariam adotando medidas efetivas de combate ao mosquito transmissor da doença. Ele assegurou que a prefeitura de Boa Vista se limita a fazer propaganda recomendando às pessoas que evitem deixar água parada em suas casas.

O senador leu notícia do jor-

nal *Brasil Norte*, a qual informa que os casos de dengue aumentaram 42% em Roraima neste ano, comparando-se com idêntico período do ano passado. Boa Vista concentra 90% dos casos registrados até agora.

Mozarildo disse que o diretor de endemias de Roraima, James Rodrigues, admite que a situação é “preocupante”, porque no estado já se registram três sorotipos. Como na vizinha Venezuela há o tipo 4, Roraima se torna vulnerável para a dengue hemorrágica.

## Demostenes cobra apoio do BB para municípios pobres

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) lamentou o fato de o Banco Itaú ter comprado o Banco do Estado de Goiás (BEG) e fechado, a seguir, 83 agências, deixando um terço dos municípios goianos sem serviços bancários. O Banco do Brasil se recusa a criar agências nesses municípios, argumentando que elas não teriam lucro, pois são

regiões pobres.

– O Banco do Brasil quer que os municípios pobres continuem pobres, que as empresas não registradas continuem na informalidade, que o desemprego continue combatido apenas no *marketing* – desabafou, ponderando que deveria ser obrigação do governo federal orientar o Banco do Brasil a se instalar nas regiões pobres.

## Nezinho Alencar condena ação do Inbra no Tocantins

O senador Nezinho Alencar (PSB-TO) condenou a ação do superintendente do Inbra em Juarina (TO), que vem substituindo famílias que compraram propriedades há quase 20 anos por outras recém-chegadas à cidade. Afirmou acreditar no governo Lula, no ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, e no presiden-

te do Inbra, Rolf Hackbart, o parlamentar disse confiar que o atual superintendente será substituído.

– Estou certo de que será colocado em seu lugar alguém que esteja voltado para os interesses agrários daquele estado e que trate os trabalhadores rurais com dignidade e não escorraçando-os com a polícia – afirmou.

## Maciel anuncia resultados de convenção do PFL

Ao comemorar os resultados do Congresso Nacional de Refundação do Partido da Frente Liberal (PFL), em Brasília, o senador Marco Maciel (PFL-PE) anunciou a aprovação de medidas como uma plataforma democrática de mudanças e o programa Simplifica Brasil, que deverá nortear a plataforma do partido nas eleições de 2006.

## Mãe da senadora Ideli Salvatti falece em São Bernardo

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) informou ao Plenário o falecimento da mãe da senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Dona Helena Salvatti faleceu na terça-feira, aos 79 anos, na cidade de São Bernardo do Campo (SP). O senador Papaléo Paes (PMDB-AP), presidindo a sessão, deu as condolências em nome do Senado Federal a todos os familiares de dona Helena.

## Suassuna lembra 75 anos da Revolta de Princesa

Os 75 anos da Revolta de Princesa foram lembrados pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O conflito tem esse nome porque ocorreu no município paraibano de Princesa, hoje Princesa Isabel, em 1930. Uma das causas da revolta, liderada pelo coronel José Pereira Lima, foi a política tributária implementada pelo então presidente do estado, João Pessoa.

## Senadores homenageiam memória de Brizola

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou a passagem, no último dia 20, de um ano da morte do líder trabalhista gaúcho, fundador e ex-presidente do PDT, Leonel de Moura Brizola. O senador afirmou que Brizola foi um estadista e um dos maiores políticos do século 20, com aguda visão da conjuntura nacional e internacional, e um “comandante político” comparável a Tancredo Neves e a Ulysses Guimarães.

– Brizola é um homem público cuja biografia, com o passar do tempo, se engrandecerá e sua grande colaboração ao país será reconhecida – disse o senador.

Simon citou ainda o episódio histórico da Campanha da Legalidade, iniciada por Brizola em agosto de 1962, quando era governador do Rio Grande do Sul, para assegurar a posse do vice-presidente da República, João Goulart, quando da renúncia do presidente Jânio Quadros. Simon lembrou que Brizola utilizou a Rádio Guaíba, de Porto Alegre, para lançar a Campanha da Legalidade e acabou conseguindo que os golpistas recuassem.

– Com um microfone, ele afastou os militares e garantiu a legalidade – observou.

O senador foi apertado pelos parlamentares petistas Paulo Paim (RS), Sibá Machado (AC), Eduardo Suplicy (SP) e por Marco Maciel (PFL-PE).

Mão Santa (PMDB-PI) também fez sua homenagem, lembrando a luta histórica pela democracia e afirmando que ninguém era mais verdadeiro do

que Brizola.

O senador Paulo Paim (PT-RS) frisou que o PDT foi a primeira agremiação partidária que se preocupou em organizar em seu núcleo a participação dos negros. Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que Brizola ofereceu-lhe o PDT como abrigo para que pudesse disputar a eleição para a prefeitura de Maceió.

O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR), leu a íntegra do Manifesto de Porto Alegre, carta divulgada pelo Diretório Nacional do PDT (que defende a apuração completa e a punição de todos os envolvidos nos recentes e “espantosos episódios de corrupção”), e elogiou o legado do líder trabalhista gaúcho, fundador do PDT.

Jefferson Péres (PDT-AM), em aparte, ressaltou que o Brasil está ficando sem grandes

homens públicos e expressou sua saudade de Brizola e de sua liderança.

Em nome do povo do Rio de Janeiro, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) fez uma breve homenagem ao líder trabalhista, que, embora nascido no Rio Grande do Sul, ado-

tou o Rio de Janeiro como base de construção e projeção de seu projeto político (foi governador eleito duas vezes).

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) prestou homenagem ao “saudoso e querido amigo” observando que seu nome foi escolhido em homenagem ao líder gaúcho.

Pavan iniciou sua trajetória política em 1981, quando foi eleito vereador de Balneário Camboriú pelo PDT.



Osmar Dias

## ACM critica suspensão de empréstimo para Salvador

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) considerou “um crime do governo federal” contra a Bahia o cancelamento do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a conclusão do metrô de Salvador. Segundo o parlamentar, o governo da Bahia e a prefeitura da capital baiana já investiram muitos recursos nas obras do metrô. Ele disse que a medida também irá afetar as obras do metrô de Pernambuco, Ceará

e Minas Gerais e que não é verdadeira a promessa do ministro das Cidades, Olívio Dutra, de alocar recursos do Orçamento para a conclusão das obras.

Antonio Carlos foi apertado pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Patrícia Saboya (sem partido-CE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Romeu Tuma (PFL-SP), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que condenaram o cancelamento do contrato.

## Maguito saúda filiação de Marcelo Miranda ao PMDB

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) saudou a filiação do governador do Tocantins, Marcelo Miranda, ao PMDB. Ele destacou que as principais propostas de Miranda para o estado são a melhoria do atendimento à saúde, o aperfeiçoamento da educação e a geração de empregos. Maguito considerou a filiação um grande reforço para o partido. “Agora, além da maior bancada no Senado e uma das maiores bancadas na Câmara, o PMDB é o partido que tem o maior número de governadores”, comemorou.

## Voz do Leitor

## DOAÇÃO AO PARAGUAI

“Não faz sentido, na minha opinião, um país que não consegue ter foco estratégico na administração de seu complexo sistema tributário aprovar, na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, um projeto de lei autorizando o governo federal a efetuar uma doação ao Paraguai, com o intuito de fomentar sua administração tributária. Para que um pobre possa ajudar a outro tem de ter pelo menos dois pães e, mesmo assim, corre o risco de morrer de fome antes de fazer a caridade.”

**Igor Nascimento, de Paulista (PE)**

## POLICIAMENTO

“Peço gentilmente aos senhores senadores de São Paulo que intercedam por mais policiamento para Guaianazes. Por ano, nesse bairro na periferia da zona leste da capital paulista, ocorrem quase 90 homicídios para cada 100 mil habitantes, segundo levantamento do Programa de Aprimoramento das Informações de Mortalidade no Município de São Paulo (Pro-Aim) da Secretaria de Saúde local.”

**Ronaldo Rodrigues de Souza, de São Paulo (SP)**

## OMISSÃO DE SOCORRO

“Solicito a criação de um projeto de lei que proponha um aumento considerável na pena para omissões de socorro no atendimento da rede pública de saúde.”

**Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)**

## DESARMAMENTO

“Estou extremamente

insatisfeito com o Estatuto do Desarmamento, pois só serve para justificar a ausência do Estado na segurança pública. Os cidadãos de bem são desarmados, perdem o porte legal de arma, enquanto os bandidos, que não usam dos meios legais para adquirir uma arma, continuam bem armados.”

**Silvanildo de Sousa Martins, de Porto Velho (RO)**

## MORADIA

“Solicito aos senhores senadores a apresentação de um projeto de lei para beneficiar os cidadãos que precisam de um pedaço de chão para morar e sobreviver. Infelizmente, como muitas outras pessoas, eu não tenho condições de adquirir uma moradia própria, nem mesmo com os programas do governo federal que financiam o valor total da compra. Sou dono apenas de uma vaca e dois bezerros. Com o que ganho por mês, nunca terei um lugar próprio para morar e criar meus animais.”

**Antonio Tavares Sobrinho, de Sapé (PB)**

## CONGRESSO NA MÍDIA

“Sugiro um projeto de lei que estabeleça que as emissoras de rádio e televisão de todo o Brasil deverão divulgar as ações do Congresso em horário nobre.”

**Dennys e Silva Maia, de Sumé (PB)**

## TRABALHO INFORMAL

“Sugiro a apresentação de projeto de lei que vise incluir os trabalhadores informais no sistema previdenciário.”

**Juvêncio Leite, de Pirapozinho (SP)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## INDULTO

**Nei Souza Costa Filho, de Curitiba (PR)**

“Senador Pedro Simon, gostaria de saber qual a solução para acabar com os indultos penais, como o de Natal, que apenas trazem mais problemas à sociedade. Se o ex-detento que foi libertado durante um indulto comete um homicídio, o Estado ou a Justiça irão se responsabilizar?”

**O senador Pedro Simon (PMDB-RS) responde:**

Prezado senhor Nei, o indulto é um direito do cidadão que se encontra detido e que esteja em condições de merecê-lo. Ao lado da anistia e da graça, o indulto é uma das causas de extinção da punibilidade expressamente prevista em nosso Código Penal, podendo extinguir totalmente a pena ou parte dela. Tem sido uma tradição dos governos federais a concessão de indulto aos presidiários no Natal. Esse indulto existe não apenas no Brasil, sendo adotado em diversos países. No entanto, a lei tomou precauções e não oferece esse direito a qualquer detento. O cidadão passa antes por avaliação – que deve ser rigorosa – das autoridades judiciárias e penitenciárias, sendo examinado inclusive por psicólogos. Tudo isso para definir se ele está apto a voltar a conviver na sociedade. O Decreto 4.011/01, que regula a concessão de indulto, estabelece que o benefício não alcança os condenados por crimes hediondos, entre outras exigências. Evidentemente, ocorrem desvios e alguns presos que não deveriam receber indulto acabam soltos e voltam a cometer crimes. É preciso uma seleção mais rigorosa e, nesse aspecto, concordo com o senhor.



## TAXA DE ILUMINAÇÃO

**Rogério Arruda de Souza, de Teófilo Otoni (MG)**

“Senador Marcelo Crivella, gostaria de saber sua opinião sobre a taxa de iluminação.”

**O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) responde:**

Meu caro Rogério, os municípios e o DF podem instituir contribuição para custeio de iluminação pública. É uma permissão constitucional, em vigor desde 2002. Antes, muitos municípios já cobravam uma taxa de iluminação pública, mas essa cobrança foi considerada inconstitucional pelo Judiciário. Com a Emenda Constitucional 39/02, criou-se então a figura da “Contribuição para Custeio de Iluminação Pública”. A reforma tributária, que ainda tramita na Câmara, deverá estabelecer a previsão da competência para os municípios instituírem contribuições e taxas para o custeio do serviço de limpeza de vias públicas, logradouros, praças e parques e sobre o fornecimento de energia elétrica. Essa contribuição sobre iluminação pública poderá ter por base o consumo de energia elétrica a ser cobrada na fatura respectiva. A diferença é que a taxa, que não é mais cobrada, pressupõe a obrigatoriedade de a prefeitura instituir os serviços de iluminação pública pelos quais está cobrando. Já a contribuição não se vincula a essa “obrigatoriedade”, mas tão-somente ao que está na lei e serve especialmente à sanha de arrecadação municipal.



## Frases

“É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto”

**Efraim Morais**, sobre o presidente Lula, citado em artigo publicado na revista *Veja*, intitulado “Lula em seu labirinto”, de autoria do jornalista André Petry.

“O país está estarelecido, pois não está vendo o timoneiro”

**Alberto Silva**, conclamando o presidente Lula a assumir o comando do país.

“O PMDB não tem ansiedade, não tem crise existencial no momento”

**Renan Calheiros**, respondendo a pergunta sobre a participação do PMDB no governo a partir da rearticulação de sua base de apoio.

“Nunca disse que as coisas não deveriam ser apuradas; apenas falei que não há cenário para instalar mais três ou quatro CPs. No momento, elas são inoportunas. Não podemos transformar a agenda do Congresso Nacional em CPI”

**Aloizio Mercadante**, sobre a CPI dos Bingos.

“Já nos acusaram de estar envolvidos em roubo de banco na Bahia, em assassinato de trabalhadores rurais em Leme, no seqüestro do empresário Abílio Diniz. Já criamos até uma casca grossa para enfrentar essas situações”

**Ideli Salvatti**, sobre as denúncias contra o PT.

“Estão querendo derrubar o governo de Fernando Henrique”

**Heráclito Fortes**, ao questionar a intenção de parlamentares governistas de promover agora, dois anos e meio após a posse de Lula, investigações sobre o que teria ocorrido no governo anterior.

“Esperávamos do presidente Lula uma palavra permitindo que se chegue a esse núcleo de corrupção que leva ao Palácio do Planalto, à corrupção que desabridamente tomou conta do poder público”

**Alvaro Dias**, sobre o pronunciamento do presidente da República na TV.

## Foto da Semana

**Manifestantes protestaram em frente ao Congresso Nacional, na última quarta-feira, contra a prática da corrupção. De vassoura e balde em punho, eles simularam uma “limpeza”. Alguns manifestantes entraram no espelho d’água do Congresso, outros tentaram subir a rampa da Casa, mas foram detidos pela polícia. Dentro do Parlamento, o dia também foi tumultuado pelo retorno do ex-ministro José Dirceu à Câmara**



J. FREITAS

# Música e debate sobre nomeação

Na Rádio Senado, o destaque da semana é o programa *Escala Brasileira*, que, nesta quinta-feira, às 23h, entrevista Adriana Maciel. A brasileira, que começou a estudar música aos dez anos, iniciou a carreira solo há nove anos, quando lançou o primeiro álbum e emplacou uma música na trilha sonora de uma novela em 2001. O terceiro álbum, *Poeira Leve*, conta com as participações de Celso Fonseca, Milton Guedes, Bernardo Bosísio, Vitor Ramil, Zeca Baleiro, Moraes Moreira e Moska.

No sábado, às 16h, a rádio apresenta o *Música do Brasil*. A atração selecionou um time de artistas aniversariantes do mês, como Alceu Valença, Wilson Batista, João Bosco, Tito Madi e Elizeth Cardoso, entre outros.

No mesmo dia, às 9h, vai ao ar

o *Música Erudita e seus Mestres*, com as seguintes composições para cordas: *Suíte Holberg, opus 40*, de Edvard Grieg; *Canon*, de Johann Pachelbel; *Adágio em Sol Menor*, de Tomaso Albinoni;



e *Suíte Capriol*, de Peter Warlock. A interpretá-las, a Orquestra Inglesa de Cordas, sob a regência de William Boughton.

O *Conexão Senado*, que a rádio

apresenta nesta segunda, às 12h, discute um dos pivôs da crise política atual: os cargos de livre nomeação do Executivo, sem a exigência de concursos públicos. Analistas e parlamentares argumentam que as nomeações para esses cargos buscam contemplar os partidos que compõem a base do governo, além de serem alvo de suspeitas de desvios de recursos públicos.

O presidente

da República já admitiu que o número de nomeações é alto – há cerca de 20 mil funcionários nessa situação. No Senado, tramita proposta de emenda à Constituição que limita esses

cargos a ministros, governadores de territórios, secretários estaduais e embaixadores. Para o autor do texto, senador Tião Viana (PT-AC), a experiência é bem-sucedida em outros países. O ouvinte também pode participar pelo telefone (61) 3311-1261, por fax, (61) 3311-2777, ou pelo e-mail [conexão@senado.gov.br](mailto:conexão@senado.gov.br).

## Duo combina música popular com erudita

O destaque musical da TV Senado é o programa *Conversa de Músico*, com o duo gaúcho de acordeões Ars Excelsa. Formado por Gerson Antunes e André Munari há cinco anos, o duo combina obras populares e folclóricas tradicionais com música erudita, em arranjos para acordeão. A TV apresenta a atração no sábado, às 14h30, com reprise no domingo, às 20h, e na segunda, às 19h.

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

## RESENHA

## Há quase 400 anos nascia a cidade de Belém do Pará

ALEXANDRE GUIMARÃES

“Era uma península formada à margem direita do rio Guamá ao desembocar no Guajará. (...) No pontal mais saliente [Francisco Caldeira] construiu o forte a que deu nome de Santo Cristo, chamando à cidade de Nossa Senhora de Belém.” Assim é descrita a chegada da expedição portuguesa que fundou, há quase 400 anos, a bela capital do estado do Pará.

*Fundação de Belém do Pará*, volume 31 das Edições do Senado Federal, é trabalho de pesquisa do ilustre historiador maranhense José Ribeiro do Amaral, quando das comemorações do tricentenário da capital paraense.

Apesar de considerar seu livro apenas uma memória, Ribeiro do Amaral faz um grande apinhado documental, reunindo tudo o que à época pôde ter acesso.

Fascinam o leitor as narrações feitas sobre a expedição comandada pelo capitão-mor Francisco Caldeira de Castelo Branco, que, no dia de Natal de 1615, parte da ilha de São Luís, no Maranhão, em direção ao rio Amazonas com o intuito de proteger as terras da colônia portuguesa das constantes invasões de estrangeiros.

Vale a pena lembrar que,



naquele ano, acabava-se de expulsar os franceses da cidade de São Luís. Portugal dá-se conta de que a única forma de proteger o território brasileiro era, primeiramente, construir fortes e fundar cidades por toda a extensão de nossa costa para, em seguida, marcar a colonização de nosso interior.

Não se sabe ao certo em que data a expedição chegou às terras onde se ergueria a cidade de Belém do Pará, por falta de documentos da tripulação que o digam. Estima-se que, em algum dia do início de janeiro de 1616, o soldado Antônio de Deus tenha sido “o primeiro português que naquela terra pisou”.

O livro, inédito até sua publicação pelo Senado, é belamente prefaciado pelo ex-presidente José Sarney, hoje senador pelo estado do Amapá.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *Fundação de Belém do Pará* é editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado. Informações pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 311-4755.

## SENADO

## Internauta ganha canal extra da TV Senado

Internautas têm agora mais uma opção para buscar notícias e informações sobre o que está acontecendo no Senado: por meio do *link* [www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv), quem assiste à TV Senado pode agora acessar também as imagens da TV Senado 2, que há duas semanas passou a transmitir uma programação alternativa da emissora.

Os responsáveis pelo novo serviço, somente disponível na Internet, são as equipes da TV Senado e da Secretaria Especial de Informática (Prodasen). A princípio, a TV Senado 2 transmitirá ao vivo algumas comissões e outros eventos que até então eram exibidos após gravados. Na estréia do *link*, a página do Senado conquistou um recorde no número de acessos, com mais de 13 mil registros no dia.

A vontade de acompanhar em detalhe os acontecimentos políticos do Congresso gerou maior interesse pelas informações noticiadas pelos veículos da Casa. A



direção da TV Senado registrou aumento do uso de imagens da estação por outras empresas televisivas, identificadas por meio da logomarca da emissora.

Na Rádio Senado foi constatada ampliação no número de ouvintes por meio da quantidade de telefonemas e *e-mails* para a emissora. Mais um indicador foi a procura de outras rádios interessadas em retransmitir o

material produzido. Apenas na primeira semana dos trabalhos da CPI dos Correios (13 a 17 de junho), a soma dos acessos na Agência Senado chegou a 133,5 mil, contra 82,5 mil da semana anterior. Em junho, até o dia 22, foram contabilizados 420,1 mil acessos.

A Central de Relacionamento do Cidadão registrou aumento da quantidade de mensagens enviadas aos senadores. A distribuição das mensagens pelo quadro partidário indica que os cidadãos buscam “falar” com os parlamentares independentemente de sua vinculação aos blocos partidários. A central também constatou que a TV Senado é líder entre as fontes de informação sobre as crises políticas – mais de 43% das mensagens indicam a emissora como meio de consulta.

## Processo legislativo em Mato Grosso do Sul

Em parceria com o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e o Interlegis (Comunidade Virtual do Poder Legislativo), o Senado realizou, na Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul, o Curso de Processo Legislativo, para servidores do legislativo estadual e de 27 câmaras municipais.

Participou da cerimônia de abertura, no último dia 17, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

A secretária-geral adjunta da Mesa do Senado, Cláudia Lyra, que ministrou o curso, disse que o objetivo foi aprimorar o conhecimento dos servidores sobre técnicas de processo legislativo.

Transmitido ao vivo pela TV da assembléia sul-mato-grossense, o curso envolveu atividades práticas, por meio de pareceres criados a partir de situações hipotéticas fundamentadas na Constituição federal, na legislação estadual e nos regimentos legislativos locais.

## Conheça o Senado



O último computador central, de 1998, será integrado ao acervo do museu de informática do Senado

## Prodasen se renova e aposenta mainframe

Ao adotar a tendência de independência na utilização de plataforma e escolha de fornecedores, o Senado aposentou o seu computador central – o *mainframe* – para incorporar-se definitivamente às tecnologias de processamento distribuído.

Em 1972, ano de criação do Prodase – secretaria responsável por toda a área de informática do Senado –, os modelos de processamento centralizados eram exclusivos no mercado.

O *mainframe* foi selecionado como a plataforma tecnológica de informação da Casa, por permitir a elaboração – por um grupo técnico de pioneiros do Prodase – de sistemas inéditos de armazenamento e pesquisa da legislação brasileira, de acompanhamento de trabalhos legislativos e de apoio às atividades parlamentares, entre

outras ações.

A primeira máquina instalada foi um IBM 155, com capacidade para processar 0,7 milhões de instruções por segundo e 0,3 *gigabytes* de armazenamento em disco, inferior a brinquedos eletrônicos da atualidade.

No fim dos anos 80, o modelo de processamento centralizado passou a ser parcialmente substituído pelo processamento distribuído. Em 1992, o Prodase implantou uma grande rede local de microcomputadores.

As máquinas *mainframes* passaram por diversos ciclos de atualização. O último computador do tipo é de 1998, e agora fará parte do museu de informática do Senado.

Em julho de 2003 foi instituída comissão técnica especial para propor e implementar a desativação da

plataforma *mainframe*, com estudo minucioso de aplicativos, programas, sistemas, equipamentos e contratos.

Para isso foram investidos R\$ 600 mil e, com a desativação do computador central, a expectativa é economizar, em contratos com *hardware* e *software*, cerca de R\$ 3,5 milhões por ano. O Prodase agora trabalha com plataformas Unix e Windows.

Para o diretor da área de suporte do Prodase, Pedro Mascarenhas, a desativação do *mainframe* “marca o fim de uma era que deixará saudade”.

– Em cada linha de programa de computador, em cada parâmetro ajustado, em cada dado armazenado estão escritas histórias pessoais daqueles que por aqui passaram e se dedicaram a momentos históricos da nossa nação – disse Mascarenhas.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Valtér Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes, Paula Pimenta e Suely Bastos

Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa  
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici

Schwengber (61) 3311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor:

John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e

Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

# Primeiros socorros salvam vidas

**P**imeiros socorros são procedimentos imediatos e imprescindíveis, prestados a vítimas de acidentes ou de males súbitos antes da chegada do atendimento médico. Prestar socorro é fundamental para afastar o risco de morte e estabilizar o estado da pessoa. Negar-se a fazê-lo é crime. O Código de Trânsito Brasileiro confere ao condutor a responsabilidade pelo socorro às vítimas de acidente de trânsito. Qualquer pessoa pode prestar os primeiros socorros. O mais importante, no entanto, é acionar o atendimento especializado: Corpo de Bombeiros, Samu ou a autoridade policial local. As ligações para os serviços de emergência são gratuitas e não precisam de cartões telefônicos.



O socorro imediato é essencial, mas deve-se acionar em seguida o atendimento especializado

## Orientações básicas

1 - Manter a calma e agir com tranqüilidade.

2 - Verificar a segurança do local, para evitar outro acidente.

3 - Ligar para serviço de emergência (Samu, Bombeiros).

4 - Tentar dialogar com a vítima avaliando: o nível de consciência; a localização e o grau da dor; se há incapacidade de movimentação total ou parcial e se há perda de sensibilidade.

5 - Se a vítima estiver inconsciente, verificar respiração, batimentos cardíacos e existência de lesões e sangramentos.

6 - Só remova a vítima se for absolutamente necessário. Nesse caso, a região fraturada deve ser protegida e imobilizada para evitar agravamento da lesão. Na

Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor (rede pública de referência para recuperação e reabilitação), cerca de 40% dos casos de internação resultam de complicações posteriores à lesão original, chamadas de "segundo acidente".

7 - Manter a vítima deitada, em posição confortável e com as vias aéreas desobstruídas. Não dar líquidos ou comida a ela.

8 - Se houver mais de uma vítima, dar prioridade ao atendimento dos casos de hemorragia abundante, inconsciência, parada cardiorrespiratória, estado de choque e envenenamento.

9 - Procurar vestígios ou indícios que ajudem no esclarecimento do diagnóstico

(embalagens abertas, restos de substâncias ou remédios, animais etc.).

10 - Em caso de queimaduras, lavar imediatamente a área queimada com bastante água. Não aplicar manteiga, graxa ou qualquer outra substância oleosa e não furar as bolhas. Cobrir com pano limpo e úmido.

11 - Ferimentos devem ser limpos com água e sabão, protegidos com uma gaze ou pano limpo. Se houver sangramento, ele deve ser controlado, pressionando-se a região com um lenço limpo e mantendo a área que sangra em posição mais elevada que o resto do corpo.

12 - Em casos de intoxicação e envenenamento, é importante

identificar a substância que provocou o mal. Nunca provocar vômito ou dar algo de beber à vítima, como leite. Ligar imediatamente para um centro de intoxicação.

13 - Se o acidente for provocado por descarga elétrica, afaste a vítima do contato com a eletricidade usando um pau seco, corda, borracha ou pano grosso. Não encoste na pessoa sem cobrir as mãos com papel ou luva grossa de borracha. Depois, cobrir a vítima com um cobertor. Se houver queimadura, refrescar o local com água fria ou toalhas molhadas.

Fontes: Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal (Sams) e Detran-DF

## Omissão de socorro é crime

Não prestar socorro é crime. Qualquer pessoa, mesmo o leigo na área da saúde, tem o dever de ajudar um necessitado ou acidentado ou chamar socorro de autoridade pública. Deixar de prestar assistência a criança abandonada ou extraviada, ou a pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo, quando possível fazê-lo sem risco pessoal; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública, sujeita a pessoa que se omitiu a detenção de um a seis meses, ou multa, conforme o artigo 135 do Código Penal. A pena é aumentada de metade se da omissão resultar lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se causar a morte.

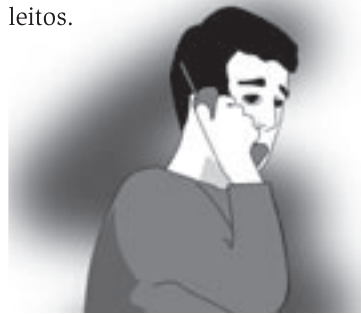
## Atendimento e serviço de ambulância: 192

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) é um programa do governo federal lançado em 2003 que tem como finalidade prestar socorro em casos de emergência. O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população.

O Samu atua hoje em 214 cidades de 18 estados, com 57 serviços em funcionamento. Em julho, o Ministério da Saúde pretende ampliar o atendimento para 95,1 milhões de pessoas em 1.156 municípios.

O Samu realiza o atendimento de urgência e emergência no local do acidente. O socorro

é feito após chamada gratuita para o telefone 192. A ligação é atendida por técnicos que identificam a emergência e transferem o telefonema para o médico regulador. Esse profissional faz o diagnóstico da situação e inicia o atendimento no mesmo instante, orientando a pessoa que fez a chamada sobre as primeiras ações. O médico também comunica a urgência ou emergência aos hospitais públicos e reserva leitos.



### Como proceder na chamada

Se você identifica uma situação de urgência, disque 192. Evite sobrecarregar o sistema com outros problemas.

Identifique-se e diga o que está ocorrendo com o paciente.

Responda às perguntas do técnico e forneça endereço

completo.

Em caso de trauma, identifique quantas vítimas há no local e em que situação elas se encontram. Siga os conselhos do médico regulador, enquanto aguarda a chegada do socorro.

## Itens básicos de um kit de primeiros socorros

- ▶ Água oxigenada
- ▶ Agulhas esterilizadas
- ▶ Algodão
- ▶ Analgésico e antitérmico
- ▶ Ataduras (elásticas, de crepom e de gaze)
- ▶ Bandagem
- ▶ Barra de sabão
- ▶ Bolsa de água quente
- ▶ Bolsa para compressa de gelo
- ▶ Colar cervical
- ▶ Colher dosadora
- ▶ Compressas limpas
- ▶ Creme de cortisona
- ▶ Esparadrapo tipo micróporo
- ▶ Garrafa de água
- ▶ Gaze estéril
- ▶ Hastes flexíveis com algodão (cotonetes)
- ▶ Lanterna
- ▶ Lenços (triangular e outros)
- ▶ Luvas descartáveis para procedimentos
- ▶ Pinça
- ▶ Pomada com antibióticos
- ▶ Soro fisiológico
- ▶ Solução anti-séptica
- ▶ Telefones úteis, papel e caneta
- ▶ Termômetro
- ▶ Tesoura

### Informações

- Corpo de Bombeiros: 193
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu): 192  
<http://dtr2001.saude.gov.br/samu>
- Polícia Militar: 190
- Polícia Federal: 194
- Polícia Civil: 197
- Defesa Civil: 199
- Serviço de Atendimento ao Usuário do SUS: 0800 644-9000
- Disque Saúde: 0800 61-1997
- Disque Medicamentos: 0800 644-0644
- Centros de Intoxicações: 0800 78-0200 (Rio Grande do Sul); 0800 410148 (Paraná); 0800 148110 (São Paulo); 0800 284-4343 (Bahia); 0800 643-5252 (Santa Catarina); 0800 771-3733 (São Paulo). Atendimento 24 horas.
- Grupo de Socorro e Atendimento ao Trauma - GSAT  
Tel.: (22) 2526-9554  
[www.gsat.org.br](http://www.gsat.org.br)
- Consultoria em Trânsito  
Tel.: (61) 468-2121 (Brasília) e (11) 3825-3524 (São Paulo)  
[educacao.transito@terra.com.br](mailto:educacao.transito@terra.com.br)  
[www.criancasegura.org.br](http://www.criancasegura.org.br)